

# HAYDÉE GUANAIS DOURADO: CARISMA E PERSONALIDADE A SERVIÇO DE UM IDEAL

HAYDÉE GUANAIS DOURADO: CHARISMA AND PERSONALITY TOWARDS AN IDEAL

HAYDÉE GUANAIS DOURADO: CARISMA Y PERSONALIDAD AL SERVICIO DE UN IDEAL



Temos que ir onde os ventos podem nos levar, mas  
o navegador tem que saber qual é o seu porto.  
HGD, 1991

Ieda de Alencar Barreira<sup>1</sup>  
Suely de Souza Baptista<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Este estudo histórico-social trata da atuação de Haydée Guanais Dourado (HGD) no cenário da enfermagem brasileira desde meados do século 20. Objetivos: descrever seu perfil como pessoa e como profissional; analisar sua participação na Associação Brasileira de Enfermagem; discutir a relação entre seus atributos e sua contribuição ao desenvolvimento da enfermagem. As fontes utilizadas foram a Revista Brasileira de Enfermagem, bem como documentos escritos e depoimentos orais, pertencentes ao Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A análise e a interpretação dos dados foi feita mediante a triangulação das fontes primárias e secundárias e a contextualização histórica. O estudo evidenciou a singularidade da figura de HGD e o significado de sua contribuição para a institucionalização da enfermagem na sociedade brasileira, mormente no que se refere às bases legais do exercício profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da enfermagem, biografia, Haydée Guanais Dourado, ABEn, REBEn

---

**ABSTRACT:** This is a descriptive-social study which looks at the performance of Haydée Guanais Dourado (HGD) in the Brazilian nursing scene, in the mid-20's. The objectives are to describe her personal and professional profile; analyze her participation in ABEn (Brazilian Association of Nursing) and discuss the relationship between her attributes and her contribution to the development of nursing in Brazil. The sources used consisted of Revista Brasileira de Enfermagem-REBEn (Brazilian Journal of Nursing), written documents and oral reports obtained from the Documentation Center of Anna Nery Nursing School in the Federal University of Rio de Janeiro. The analysis and the interpretation of the data were made by means of the triangulation of the primary and secondary sources, and the historical contextualization. The study evidenced the singularity of HGD and the importance of her contribution to the institutionalization of the nursing profession in the Brazilian society.

**KEYWORDS:** history of nursing, biography, chronology,

---

**RESUMEN:** Este estudio histórico-social trata de la actuación de Haydée Guanais Dourado (HGD) en el escenario de la enfermería brasileña desde mediados del siglo 20. Objetivos: describir su perfil como persona y como profesional; analizar su participación en la Asociación Brasileña de Enfermería y discutir la relación entre sus atributos y la contribución al desarrollo de la enfermería. Las fuentes utilizadas fueron la Revista Brasileña de Enfermería, así como documentos escritos y testimonios orales, pertenecientes al Centro de Documentación de la Escuela de Enfermería Anna Nery, de la Universidad Federal de Rio de Janeiro. El análisis y la interpretación de los datos se hizo mediante la triangulación de las fuentes primarias, secundarias y la contextualización histórica. El estudio pudo evidenciar la singularidad de la figura de HGD y el significado de su contribución para la institucionalización de la enfermería en la sociedad brasileña, principalmente en lo que se refiere a las bases legales del ejercicio profesional.

**PALABRAS CLAVE:** historia de la enfermería, biografía, cronología, Brasil

---

Recebido em 31/08/2002

Aprovado em 27/09/2002

---

<sup>1</sup> Professoras Titulares do Departamento de Enfermagem Fundamental/EEAN/UFRJ. Membros do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras). Pesquisadoras CNPq nível 1 A e B.

## INTRODUÇÃO

No momento em que a Revista Brasileira de Enfermagem completa 70 anos, podemos afirmar que a maior parte dos 87 anos de vida de Haydée Guanais Dourado (HGD) foram dedicados à construção dos fundamentos jurídicos que resguardaram e ampliaram as áreas do exercício profissional, como espaços sociais garantidos por direito à enfermagem, segundo demandas legitimadas por um fazer ético. Para o desenvolvimento desse projeto foi decisiva sua atuação na Revista, por ela entendida como veículo de comunicação jornalística. Seu empenho como editorialista e articulista foi tanto o de apontar caminhos para a enfermagem como o de documentar e divulgar as evidências concretas do caráter técnico-científico da profissão, demonstrando, de modo continuado, a contribuição a ser dada pela enfermagem no encaminhamento dos magnos problemas da sociedade brasileira.

Em retribuição aos seus esforços e às vitórias legais alcançadas, ela obteve o reconhecimento, a confiança e a gratidão de várias gerações de enfermeiras de todo o Brasil, tornando-se porta-voz autorizada dos anseios da classe por várias décadas.

No entanto, HGD não deve ser considerada uma figura representativa de seu grupo, no sentido do indivíduo médio. Na verdade, suas características pessoais, em termos de origem, religião e tipo de atuação profissional a distinguem e diferenciam das enfermeiras que se constituíam em seus pares. Essas diferenças a marcaram como uma não-conformista e até mesmo como uma rebelde. Voltada para a visão de um futuro utópico da enfermagem e dada sua incomum habilidade de fazer finas análises de conjuntura, inspiradas na sociologia e no misticismo, embora seu curso de ação correspondesse aos valores dominantes das líderes da enfermagem, suas estratégias de ação nem sempre foram logo por elas compreendidas.

A ação e o discurso de HGD se fizeram sentir com mais força na comunidade de enfermagem a partir do início da segunda metade do século 20, quando ocorreu uma renovação nas suas lideranças. Sua trajetória se deu em um contexto de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais, com importantes repercussões para a condição da mulher na sociedade, para a institucionalização de profissões femininas, bem como para as parcelas mais pobres da população, às quais se destinavam os serviços de enfermagem.

A personagem HGD pode ser delineada como alguém que refletiu sobre a situação da enfermagem como profissão feminina na sociedade brasileira, e que ao reagir coerentemente com suas concepções, entregou-se a esta causa de forma total e incondicional, de modo que suas lutas assumiram um caráter de missão de vida.

Figura sempre esbelta, estatura mediana para sua geração, gestos comedidos, passo rápido. Letra cursiva graciosa, estudou caligrafia e depois foi aluna de Guignard<sup>1</sup>. Fisionomia incomum, rosto largo, olhar penetrante por trás dos óculos, cabelos escuros e curtos, aparência cuidada, elegância discreta, sorriso de menina, tanto poderia ser confundida com uma chinesa como com uma lady sertaneja. Sua presença, sempre marcante, provoca ainda uma entonação peculiar ao ambiente.

Protestante esclarecida e militante, a igreja presbiteriana<sup>2</sup> traçou o seu caminho e a fé iluminou e orientou suas escolhas. A ética protestante motivou a prática da ascese como virtude, na busca da plenitude da vida moral. Persistente, tenaz e pertinaz, demonstrou a coragem dos determinados. Senhora, desde logo dos mistérios do discurso, seus improvisos, cheios de energia, arrebataram platéias. Em sua fala, serena e eloqüente, escolheu sempre as palavras mais eficazes, as melhores razões, os mais elevados argumentos.

Perseverante e porfiada, seu “espírito de luta” levou-a a uma prática engajada, construindo uma reputação de exemplo de altruísmo e de combatente incansável pelo bem comum. Aliou-se a vários grupos de enfermeiras, mas ainda que se declarando admiradora de muitas colegas, preservou sua absoluta independência de opinião, permanecendo fiel a si mesma, ainda que solitária em sua posição. Sua firmeza de propósitos nunca afetou sua convicção inabalável na necessidade absoluta de união, acima de qualquer outra consideração.

Para além da motivação imediata de oferecer à comunidade de enfermagem, e aos estudiosos de áreas afins, uma análise desta figura singular na História da Enfermagem Brasileira que é Haydée Guanais Dourado, este trabalho tem como propósito maior o de, mediante este exemplo, dar-lhes a compreender a participação de figuras antecessoras e predecessoras nossas, nas lutas simbólicas por elas travadas em determinados momentos históricos, para a (re)configuração do campo da enfermagem. E portanto, a possibilidade de melhor compreendermos os nexos entre história pessoal, experiência geracional e produção intelectual, em relação à situação atual de nossa profissão. Embora as relações entre biografia e história sejam ambíguas e sujeitas a controvérsias, no caso da história das profissões, parece pertinente o estudo de algumas figuras que atuaram direta e continuamente em certas questões ou que exerceram influência considerável no delineamento de diretrizes e tendências.

O ponto de partida do trabalho foi o discurso original dela sobre si mesma, segundo memoriais e vários depoimentos orais, tomados por diferentes pessoas, em momentos diversos. Sua visão do que é a enfermagem e o que deveria vir a ser neste país foi analisada também mediante sua obra de enfermeira-jornalista, da qual constam dezenas de editoriais, artigos e notícias. O documentário de Anayde Corrêa de Carvalho serviu de base para a demarcação dos campos de lutas de HGD.

A intervenção de HGD no processo de institucionalização da enfermagem na sociedade da brasileira foi apreciada a partir dos feixes de alternativas existentes em determinadas circunstâncias, que obrigam o ator social “a definir-se ao calor dos conflitos e confrontos, elaborando indispensáveis estratégias de ação, de previsibilidade precária e duvidosa, segundo uma práxis da conjuntura”. Assim, procuramos considerar, ao mesmo tempo, os graus de liberdade do ator social e os graus de condicionamento da história (CAMARGO, 1981, p. 23), procurando mostrar a rede de relações em que ela se inseria, bem como as instituições e personalidades que a influenciaram em suas escolhas.

No entanto, vale registrar que a tentativa de aproximação da personagem Haydée Guanais Dourado, e

do papel que lhe coube desempenhar na História da Enfermagem Brasileira, corresponde a um trabalho de interpretação, segundo a visão particular das autoras. A perspectiva adotada neste estudo é a de uma visão empática, ou seja, a de procurar mostrar as razões e motivações que guiaram HGD em seu itinerário. E nessa exploração do seu tempo, ocorreu também o encontro de momentos poéticos e heróicos, que são também nossos, por direito de herança, e que são eternos.

## ORIGENS, FORMAÇÃO E PRIMEIRAS REALIZAÇÕES PROFISSIONAIS

O itinerário de HGD apresenta como característica uma notável mobilidade geográfica para a época, demonstrando, ao mesmo tempo seu espírito inquieto e as grandes oportunidades educacionais e profissionais então oferecidas às mulheres solteiras.

À época do nascimento de HGD, a Europa encontrava-se conflagrada pela 1ª guerra mundial e se preparava a revolução russa, que inaugurou, no tempo da história, "o breve século 20"<sup>III</sup>. No Brasil, a República Velha, dominada pelas oligarquias rurais, a economia de agro-exportação e no sertão do nordeste, o coronelismo e o clientelismo. A menina Haydée, terceira filha<sup>IV</sup> de Anna Guanais de Lima Dourado e do presbítero José Augusto da Silva Dourado, nasceu no dia 23 de março de 1915, no sertão da Bahia, no município de Irecê, no Morro do Chapéu, Chapada Diamantina, no interior rural progressista do Médio São Francisco, zona de criação de gado e de plantação de algodão, no seio de uma família protestante com convicções democráticas. Seu trisavô foi degredado para a África, por ser republicano. Sua mãe, filha de exportador de café, estudou em colégio de freiras, Os Perdões, mas também estudou na escola onde estudaram Castro Alves e Rui Barbosa. Ficando ela órfã aos catorze anos, casou-se com um viúvo com dois filhos e teve mais sete filhos. Os pais de Haydée eram professores rurais<sup>V</sup>: sua mãe alfabetizou uns oitocentos alunos, em seis lugares, sendo que em três seu pai mandou construir a sede da escola. Quando Luiz Carlos Prestes<sup>VI</sup> passou pela cidade, esteve em sua casa para usar os mapas que sua mãe possuía. Ela era líder da comunidade, dava assistência, receitava homeopatia, era chamada para atender casos e falava inglês com os estrangeiros da missão presbiteriana. Dos sete aos onze anos Haydée freqüentou a escola particular regida por sua mãe. Depois foi estudar no Instituto Ponte Nova, até 1931. (M-1974, Dep., 1986, 1987, 1988 e 1991).

Haydée e seus irmãos estudaram no Colégio da Missão Presbiteriana do Brasil Central<sup>VII</sup>, fundada pelo engenheiro William Alfred Wadell, em Ponte Nova, nos Lençóis, a 100 km do município onde nasceram, três dias de viagem a cavalo. A estação missionária incluía a Igreja, um pequeno hospital e a escola, que ensinava do primeiro grau até o curso normal, nos moldes da Escola Ativa, segundo as concepções de Pestalozzi. Lá, Haydée estudou inglês durante cinco anos e lá ela conviveu com uma enfermeira norte-americana, formada na universidade de Stanford, na Califórnia. Desde então, nela ficaram gravadas, para sempre, a visão cristã reformada, a educação como valor permanente e universal e a admiração pela civilização norte-americana.

(Dep., 1986, 1987 e 1991).

A irmã mais velha, Anita Dourado, já professora rural, ao solicitar material de propaganda sanitária ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), recebeu um prospecto da Escola Anna Nery, de cuja existência ela tinha conhecimento. A admissão de Anita à Escola foi fácil, porque as candidatas com o curso normal não tinham que prestar exame vestibular. Quando Haydée, aos dezessete anos, terminou o curso normal, sua mãe escreveu à Anita<sup>VIII</sup>, para que falasse sobre sua irmã com a diretora da Escola. Com a autorização desta, Haydée viajou para o Rio, mas chegou atrasada, que a viagem era a cavalo, de trem e de vapor. Seu receio era o de que não fosse considerada bastante boa para ser enfermeira, pois ela pensava não ser dotada de tantos atributos como sua irmã mais velha, que ajudava a mãe a dar assistência e que não tinha medo de nada (Dep., 1986, 1987, 1991).

O Rio, desde o Império, era a arena, o palco, a caixa de ressonância dos empreendimentos culturais e políticos do país. A cidade era não só a capital política, mas também o centro de criação e difusão do que seria então a cultura brasileira, que servia de modelo para todo o país. Até por isto, o Rio era o lar de muitos brasileiros nascidos em outros estados e regiões. Nos anos 20, crescera o conflito simbólico entre Rio e São Paulo, pelo poder de representar a verdadeira identidade nacional, expressa nas dicotomias lazer/trabalho e passado/futuro. Mas, após a revolução de 30, a crescente centralização política devolveu ao Rio de Janeiro sua antiga posição na vida nacional, como cidade moderna e cosmopolita (OLIVEIRA, 2000, p.139, 143-144).

Para a jovem Haydée, que nunca tinha estado em uma cidade grande, pois só tinha conhecido Salvador de passagem, a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, era uma coisa extraordinária, um deslumbramento. Ela chegou ao Rio no ano em que a mulher conquistou o direito de voto, graças às lutas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz, de quem, por outras vias, viria a se tornar amiga.

A EAN, que havia sido criada para atender aos interesses da organização sanitária federal e organizada pelas enfermeiras americanas da Missão Parsons, continuou a funcionar dentro dos padrões originais quando passou às mãos da primeira diretora brasileira, Rachel Haddock Lobo. Educada no colégio Imaculada Conceição, sua finura impressionou a aluna novata, que teve oportunidade de freqüentar chás e concertos com tickets por ela fornecidos às alunas. A impressão de Haydée era a de que o Rio inteiro sabia da Escola, pela divulgação das festas de imposição de insígnias e da formatura, com fotografias nos jornais, e às quais a senhora do presidente da república podia se fazer presente. Ela sentia que até o ônibus, que transitava diariamente pela cidade com as alunas uniformizadas, da residência em Botafogo até o Pavilhão de Aulas, na Cidade Nova, na altura do Mangue, chamava a atenção e fazia a Escola conhecida pela população. E, a seu ver, as alunas tinham orgulho da profissão que haviam abraçado. A residência, onde ficou no mesmo quarto que Anita, na enseada de Botafogo, com um balneário em frente, chuveiros embutidos embaixo da avenida Rui Barbosa, lhe pareceu esplêndida. Lá ela aprendeu a dançar com uma colega. A família do tio de Valdomiro Autran Dourado, o escritor, acolhia

as irmãs aos domingos, quando freqüentavam a Igreja Metodista do Catete, na praça José de Alencar, onde ela tinha acesso ao órgão. As coisas lhe pareciam vivas, ela sentiu que podia se lançar, estudar coisas novas, como línguas, pintura e desenho. Por ter vindo de tão longe, enquanto estudante Haydée não visitou sua terra natal e nem mesmo recebeu visita de seu irmão, que estudava engenharia no Mackensie<sup>x</sup>, em São Paulo (Dep., 1986, 1987 e 1991).

Na parte acadêmica, a percepção da aluna Haydée Dourado era a de que, por ser a Escola um meio feminino e como os colégios de moças da época davam uma educação voltada para o casamento, os médicos não estavam se dando conta de que ali era também uma faculdade. Ela sorriu da observação de um deles que lhe disse para estudar medicina, porque ela já sabia que quanto mais inteligente fosse a mulher, quanto mais bem educada, com mais cultura, melhor seria para ser enfermeira (Dep., 1987).

Na turma de HGD havia alunas pertencentes a famílias brasileiras ilustres, parentas de parlamentar ou de catedrático da Universidade do Brasil, bem como de famílias ricas de origem européia, algumas delas judias. Algumas alunas haviam tido educação esmerada e falavam línguas estrangeiras, mas também havia as que se encontravam em um processo de ascensão social. Havia outras moças do norte e inclusive alguma mestiça. Em sua lembrança destaca-se sua professora de enfermagem fundamental, Zaira Cintra Vidal, ex-professora do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, diplomada pela EAN e com pós-graduação na EE do Hospital Geral da Filadélfia. Haydée a ela se refere como uma mulher culta, que a impressionou pela beleza de suas demonstrações da arte da enfermagem. Ela também se refere à Célia Peixoto Alves, professora de saúde pública, que estudara na universidade de Toronto e à professora de obstetrícia, Maria de Oliveira Regis, com pós-graduação nos Estados Unidos<sup>x</sup> (Dep., 1987 e 1991).

Para garantir a reprodução do discurso das enfermeiras americanas que implantaram a Escola e para favorecer a inserção da mesma na universidade, havia que se formar uma liderança nativa, mediante a realização de bolsas de estudo na América do Norte, onde se formavam as sucessoras das enfermeiras americanas, interlocutoras preferenciais nos acordos internacionais. Deste modo, a passagem pelas universidades e serviços de enfermagem americanos era o principal trunfo de uma enfermeira diplomada que desejasse progredir na profissão. No entanto, a indicação à bolsa era prerrogativa da diretora da Escola, cujos critérios de seleção nem sempre eram claros. Haydée conta que, apesar de deter o primeiro lugar, na teoria e na prática<sup>xi</sup>, tendo inclusive o reconhecimento das colegas, que a escolheram como oradora da turma, foi preterida pela diretora Bertha Pullen, em favor de sua irmã Anita, com a alegação de ser Haydée muito nova e que precisaria trabalhar no campo uns dois anos (Dep., 1986).

Quando Haydée diplomou-se, os hospitais do Rio estavam a cargo das irmãs, geralmente as de São Vicente de Paulo, herdeiras de Luiza de Marillac, às quais a legislação deu a possibilidade de continuarem a exercer a

enfermagem<sup>xii</sup>. Assim, em dezembro de 1935, HGD tomou posse no cargo de enfermeira de saúde pública federal, atuando na recém-criada rede de centros de saúde<sup>xiii</sup>. A seu ver, o estereótipo da enfermeira visitadora era o de uma profissional de nível superior, com autonomia para deliberar (Dep., 1987).

Nesta época Haydée não parecia demonstrar entusiasmo pela vida associativa. Ela assistiu a poucas reuniões e, apesar da admiração pelo desprendimento de algumas colegas, que gastavam suas horas livres pra fazer a Revista, cobrar a contribuição no dia do pagamento, ela achou o âmbito das discussões um pouco estreito (Dep., 1988).

Do ponto de vista cultural, a ditadura do Estado Novo se caracterizou, em um duplo sentido: o de moderno e o de diferente do anterior. E, ao buscar as raízes da nacionalidade, recusava os modelos importados, imbricando assim o moderno e o tradicional (OLIVEIRA, 2000, p.93). E do ponto de vista político, havia a repressão aos "inimigos do regime", notadamente o comunismo internacional, inclusive com o apoio dos EUA (CANCELI, 1999, p.313). A esta altura, a jovem Haydée nos surpreende com a influência de pessoas deste grupo, com idéias tão diversas daquelas que trouxera do interior da Bahia<sup>xiv</sup>.

Acompanhando a ampliação do Estado burocrático, o Departamento Nacional de Saúde se expandiu e se modificou, enviando enfermeiras para organizar serviços nos estados<sup>xv</sup>, sem que recebessem um treinamento especial e sem que houvesse condições locais para a implantação de serviços de enfermagem. Haydée também foi apanhada de surpresa<sup>2</sup>: *d. Edith<sup>xvi</sup> me mandou pra ficar sozinha no Maranhão<sup>xvii</sup> e fazer a demonstração de uma profissão nova, um trabalho que eu não sabia fazer. A última noite antes de embarcar para o Maranhão, eu não dormi, de medo, de insegurança. Foi realmente um desafio, mas eu dei conta, eu me engajei. Lá houve uma mudança grande na minha vida profissional que, retrospectivamente, vemos que foi uma seqüência de graças de Deus, para que eu pudesse trabalhar ali, sozinha e animada* (Dep., 1986, 1987, 1988 e 1991).

Haydée não havia desistido da bolsa no exterior. Entretanto, com a partida das enfermeiras americanas, na EAN se fortalecera uma nova identidade institucional, pela associação de enfermeiras brasileiras com a Igreja católica, de cunho nacionalista, reforçada pela aliança desta com o governo Vargas. Esta mudança no jogo de forças faria com que, mais uma vez, fossem frustradas as pretensões de Haydée: *eu recebi um ofício da superintendente, d. Edith de Magalhães Fraenkel, dizendo que eu devia seguir para o Piauí. Eu fiquei desapontada, mas aí tive minha primeira lição de ética* (Dep., 1986 e 1987).

Mas Haydée não tinha mesmo desistido de viagem de estudos no exterior. Desta vez ela pediu a intermediação do Delegado Federal de Saúde<sup>xviii</sup>. De fato, HGD foi apontada pelo delegado, dr Marcelo, ao representante da Fundação Rockefeller (FR) no Brasil, como candidata à bolsa. Então, o dr Fred Soper sugeriu que Haydée se unisse ao grupo que iria se preparar para organizar a EE da Universidade de São Paulo... Foi assim que Haydée saiu do Piauí, três meses

<sup>2</sup> Neste artigo as falas da depoente não ficarão em espaço próprio.

depois de chegar (M-1978, Dep., 1987).

De volta à sede do MES, no Rio de Janeiro, ela encontrou novos obstáculos ao seu propósito de estudar no exterior, pois a guerra modificara toda a configuração do campo político. A FR, como agência financiadora do movimento sanitário internacional, redefinira suas prioridades; o dr Soper, que aprovara sua bolsa de estudos<sup>xix</sup>, fora transferido para a Argélia e o novo diretor declarou-lhe que a bolsa estava cancelada. Mas não havia de ser o diretor da FR que determinaria o destino de HGD, como ela conta: *ele viu meu rosto iluminado de alegria e achou que eu não estava entendendo o inglês, explicou que a bolsa não havia sido adiada e sim cancelada. Mas eu não tinha dúvida alguma, porque nesta hora, eu tive uma experiência mística, eu soube que eu ia ter aquela bolsa* (Dep., 1987).

O fato é o de que a viagem de Haydée para a América do Norte ocorreu em condições inesperadas e até inusitadas. Ela morava em Copacabana, na casa de uma família que conheceu no Maranhão<sup>xx</sup>. A filha dessa família tinha um pretendente e Haydée os acompanhava nos passeios, porque ela não poderia sair sozinha com ele. Quando a mãe desse rapaz chegou dos Estados Unidos ele contratou Haydée, que falava inglês, para assistir essa senhora no hotel, por dez dias, e ela terminou por convidar Haydée para viajar com ela para os Estados Unidos, como sua enfermeira. Conta Haydée então: *Eu fui ao gabinete do ministro, falar com o dr Carlos Drummond de Andrade e ele pediu o ofício que veio comigo do Piauí, que o ministro Capanema ia despachar com o presidente da República. No outro dia eu fiquei sabendo da autorização de viagem, com vencimentos. Não se podia tirar passaporte em um dia, mas eu conhecia no Itamarati o dr Fernando Lobo, sobrinho da minha antiga diretora Raquel Haddock Lobo. Quando ele me entregou meu passaporte, disse: cuidado, que a cola está fresca* (Dep., 1987).

No dia seguinte ao de sua chegada na cidade de New Haven, capital do estado de Connecticut, perto de Nova York, no final de novembro de 1940, Haydée foi à sede da FR, mas a secretária lhe disse não haver possibilidade de bolsa. Na segunda visita à Fundação, Haydée lhe disse que queria falar com o diretor, porque ela era uma candidata indicada pelo governo do Brasil e que o dr Soper a havia entrevistado e aprovado. O diretor a recebeu e inclusive constatou que ela estava hospedada na casa de um cientista americano de renome, Louis Cleveland Jones. Depois de aguardar informações do Rio, nos primeiros dias de janeiro de 1941, Haydée finalmente foi agraciada com uma bolsa de estudos da FR, na universidade de Toronto, de setembro de 41 a dezembro de 1942 (Dep., 1987). Durante os oito meses de espera (de novembro de 1940 a agosto de 1941), ela conseguiu boas oportunidades. Em New Haven estagiou na EE e no hospital da universidade de Yale<sup>xxi</sup>. E antes de ir para o Canadá, esteve na EE da universidade de Vanderbilt, em Nashville, Tennessee, no sul dos Estados Unidos.

A partir de setembro de 1941, e durante dez meses, HGD estudou na EE da universidade de Toronto, no sul do Canadá, no curso "Teaching and Supervision in Schools of Nursing", o que correspondia a um curso de pós-graduação de um ano, em Pedagogia, Didática e Supervisão. Além dos estudos realizados, seu aproveitamento deu-se também em termos da experiência da vida cotidiana, porque quatro outras moças brasileiras estudaram enfermagem na universidade

de Toronto àquela época: Maria Rosa de Souza Pinheiro, Zilda Carvalho, Gleite de Alcântara e Lúcia Jardim, educadoras sanitárias do estado de São Paulo, que lá fizeram o curso de graduação.

Assim é que essa estada no exterior lhe deu a oportunidade de aproximação com a equipe com a qual iria trabalhar, pois acompanhou Edith de Magalhães Fraenkel, diretora da EE da USP, nas visitas aos serviços do New York Hospital. E na universidade de Toronto fez amizade com enfermeiras brasileiras que vieram a assumir parte vital na liderança da enfermagem no Brasil, a partir de São Paulo (M-1974). Assim, a tão ansiada pós-graduação na América do Norte correspondeu às expectativas de Haydée e constituiu-se em um marco no desenvolvimento de sua visão de mundo: *Eu vivi lá dois anos, entre Estados Unidos e Canadá. Então era um fruir todo o tempo, de estética, de religião, de amizade ... Lá eu desenvolvi o gosto por participar de outra civilização, mais desenvolvida que a nossa* (DOURADO, 1988).

Ao voltar ao Brasil, Haydée encontrou um cenário alterado pela entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, o que encerrou o período de ambigüidades que caracterizaram o governo Vargas em suas relações com os países em litígio. O Instituto de Assuntos Inter-Americanos (IAIA) coordenou a intervenção dos EUA nos países da América Latina. No Brasil foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), órgão executivo que deu cobertura sanitária ao trabalho de extração de materiais estratégicos na Amazônia e no Vale do Rio Doce, zonas infestadas pela malária, a febre amarela e outras endemias e mazelas. O SESP, com o dinheiro da FR, empenhou-se junto às escolas de enfermagem, com destaque para a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo/EEUSP, forte concorrente da EAN, na luta pelo poder de fazer ver e fazer crer a verdade da enfermagem brasileira (Barreira, 2001, p.23). No entanto, este estado de coisas não chegava a incomodar Haydée, mesmo porque ela já havia trabalhado no Rio com a diretora da EEUSP, com quem mantinha um relacionamento favorável (Dep., 1988).

No mesmo ano de 1942, HGD representou oficialmente a EEUSP no I Congresso Pan-Americano de Enfermagem, em Santiago do Chile. Clara Louise Kieninger, primeira diretora da EAN (1923-1925), então de volta ao Rio de Janeiro, em missão do IAIA, representou a Associação Americana de Enfermagem (ANA). O ponto central da reunião era a questão da criação da Federação Pan-Americana de Enfermagem, de grande interesse para que as enfermeiras americanas pudessem ocupar melhores posições no Conselho Internacional de Enfermagem (ICN).

Haydée fazia parte do Conselho Deliberativo da Escola de Enfermagem da USP, ao lado do diretor da faculdade de medicina, do diretor da faculdade de higiene e da diretora da EE, mas havia dificuldades especiais, relacionadas à luta por espaço social, travada entre as profissões femininas emergentes: *O diretor da faculdade de higiene, dr Geraldo de Paula Souza<sup>xxii</sup>, não tinha muito entusiasmo pela enfermeira, ele tinha preconceito, ele não considerava a EE como de nível superior, pra ele a significação de anexo<sup>xxiii</sup> era uma e pra nós era outra: nós estávamos enfileiradas para nos tornarmos faculdade e ele sentia que devíamos ser como o curso de obstetrícia. Ele*

*protegia seu curso de educadoras sanitárias, que vinha desde 1925, e queria fazer valer que a parte preventiva seria delas e que nós ficássemos dentro dos hospitais* (Dep. 1986 e 1988).

Como docente, HGD desempenhou as funções de instrutora técnica e depois de professora contratada em tempo integral. Na área de administração acadêmica, foi membro do conselho administrativo da Escola e coordenadora do currículo do ciclo básico do curso de graduação, inclusive por haver cursado várias dessas disciplinas, no Rio de Janeiro, no curso de medicina. Ela assumiu ainda o cargo de substituta eventual da diretora. Mas Haydée não estava satisfeita com o preparo que tinha. Assim, de 1943 a 1945 ela fez o curso de Ciências Políticas e Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, instituição particular, onde foi aluna de Donald Pierson, professor visitante pela Smithsonian Institution, de Washington DC, e que lhe falou, com grande admiração de um conterrâneo dela, o educador Anísio Teixeira.

Em 1944, HGD fez, junto com a enfermeira norte-americana Gertrude Hodgman, superintendente de enfermagem do SESP/IAIA, a seleção em seis estados, de vinte e oito candidatas a bolsa de estudos do Ponto IV<sup>xxiv</sup> para fazer o curso da EEUSP, com vistas à formação de novas lideranças na enfermagem brasileira. Sobre este período, HGD comenta: *foi um tempo muito rico, porque tinha gente muito boa para dirigir e havia o nosso trabalho dentro da associação de classe: madre Domineuc, Maria Rosa de Souza Pinheiro, Glete de Alcântara — e Edith Fraenkel, com aquela sensatez e aquela atitude tão cabal de trabalhar, de exercer enfermagem autêntica, com esforço.*

Sobre sua atuação na ABEn, ela observa que: *diziam que eu tinha idéias de tudo, mas muita vez eu discordava e silenciava, porque eu era tímida diante de pessoas tão sensatas, tão pujantes, como Maria Rosa de Souza Pinheiro e Edith Fraenkel.* No entanto, essa alegada timidez não a impediu de contrapor-se firmemente às idéias de pessoas poderosas e ainda se sair vencedora. A própria Maria Rosa relata que, em 1945<sup>xxv</sup>, Edith Fraenkel, diretora da EEUSP desejou criar uma Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas. Contra a vontade da maioria, HGD sustentou o ponto de vista da unidade, no sentido de que deveria ser mantida a denominação de Abed, a ela acrescentando-se a indicação do estado correspondente.

Haydée também se opôs à rivalidade entre o grupo da USP, que mantinha uma estreita colaboração com o IAIA e com a FR, e o grupo das irmãs da EE do Hospital São Paulo, de orientação anti-americana, devido a problemas de doutrina religiosa e que criaram, em 1944, a União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB), com sede na capital federal (BARREIRA; BAPTISTA, 2001, p. 162-3 e 168). Haydée assim explica sua posição: *Eu via oportunidade de a Associação, então nascente, com seus valores de trabalho de grupo, de consenso entre grupos que vinham com diferentes formações, na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, de estarmos em junção de forças com o grupo maravilhoso das Franciscanas Missionárias de Maria, madre Domineuc, madre Cristo Redentor e outras. Uma Associação mais ajustada ...* (Dep., 1988).

Na conjuntura do pós-guerra, o governo Dutra intensificou a importação de tecnologia dos EUA. Nos marcos

da “teoria do capital humano”, saúde e educação passaram, cada vez mais, a serem encarados como problemas básicos, que entravavam o desenvolvimento econômico. Deste modo, no estado da Bahia, mereceu prioridade, no plano de trabalho da universidade, a organização de um hospital de clínicas, a exemplo do HC da USP. E junto com o hospital universitário havia que criar e organizar uma escola de enfermagem que o suprisse de enfermeiras. HGD foi a organizadora e primeira diretora desta EE<sup>xxvi</sup>, sobre o que ela fala com entusiasmo: *O corpo docente era incomum: umas oito professoras enfermeiras e docentes experimentados da Faculdade de Medicina, de tantas glórias. As alunas da primeira turma foram escolhidas a dedo<sup>xxvii</sup>, porque o que a escola viesse a ser dependia muito das que iam interpretar, para a turma seguinte, o ideal da enfermagem* (M – 1978, Dep., 1986, 1988 e 1991).

Como nem HGD nem a vice-diretora da EE, a paulista Olga Verderese, tinham relacionamentos em Salvador, elas se hospedaram no Instituto Feminino da Bahia, de orientação católica. Ela explica esta opção do seguinte modo: *Eu sou realmente ecumênica, e sendo de religião minoritária, era profissionalmente mais conveniente* (Dep., 1991).

HGD procurou também o apoio de Anísio Teixeira<sup>xxviii</sup>, conterrâneo seu e também sertanejo, apresentando-se como ex-aluna do sociólogo Donald Pierson. Então ela soube que o eminente educador brasileiro conhecia e admirava o colégio onde ela estudara. Ele se prontificou a dar algumas aulas para as professoras de enfermagem e também autorizou a seleção de professoras do interior, que fariam o curso de enfermagem com seus vencimentos (Dep., 1986, 1991e 1993).

Em 1949, houve um problema tão sério de incompatibilidade administrativa entre HGD e o reitor da universidade que nem a presença e a interferência de Edith de Magalhães Fraenkel, foi capaz de contornar. Diante da resistência de HGD, o reitor agiu diretamente junto ao ministro Clemente Mariani<sup>xxix</sup> (MES) e ela foi chamada de volta à sua repartição. Em consequência, o corpo docente da EE, constituído em sua grande maioria por diplomadas da EEUSP, solicitou demissão (Carvalho, 1980, p.67). Haydée comenta: *Eu estava tão contente com a Escola, a escola ia tão bem, que não iria partir de mim dizer que queria sair, eu não queria sair. O dr Edgard<sup>xxx</sup> sabia que eu queria o bem da enfermagem, mas de vez em quando ele fazia uma coisa, que ele não podia deixar de ser ele mesmo ... Eu não diria ao reitor que estava me sentindo oprimida. Se ele tentou me tornar infeliz, para eu sair, então ele não me conhecia bem. Mas eu tive o valor espiritual de não falar mal, de não desanimar ninguém. Então ele me viu no aperto e me admirou* (Dep., 1986 e 1991).

Haydée então reassumiu seu cargo na Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde. No ano seguinte ocorreu o desmembramento do MES<sup>xxxi</sup>, em dois novos ministérios, o da educação e o da saúde, ficando Haydée lotada no segundo, já que pertencia à repartição sanitária. Haydée chegou a ser abordada por Olga Lacorte, diretora da divisão de ensino da Escola Anna Nery<sup>xxxii</sup>, como que sondando suas convicções políticas. O fato é o de que, apesar de sua alta qualificação e mesmo tendo disponibilidade, ela não foi convidada para ensinar na EAN

(Dep., 1986 e 1991).

Neste momento se operava uma transição na prática da enfermagem, para que pudesse ocupar seu espaço na organização e funcionamento de estruturas complexas e uso intensivo de tecnologia sofisticada, como os modernos hospitais governamentais, que começavam a ser inaugurados (BARREIRA, 1992, p.100-1). Em 1951, HGD foi nomeada Superintendente do Serviço de Enfermagem da Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), a convite do dr Bichat de Almeida Rodrigues. Diz Haydée: *eu não estava aceitando, mas Ariadne, minha ex-aluna no Maranhão, então cedida à Campanha, foi me visitar no ministério - e eu aceitei* (Dep., 1986).

Nesta época Getúlio Vargas já tinha assumido seu mandato como presidente eleito pelo povo. Com a volta de Getúlio, o fundador da Campanha, professor Raphael de Paula Souza<sup>xxxiii</sup>, que lutara na revolução paulista de 32, manteve-se como antigetulista irreconciliável (BARREIRA, 1992, p. 335). O novo superintendente da CNCT foi um médico conterrâneo do presidente, antigo colega de escola, o professor Manoel Pereira Filho. Sobre sua atuação na Campanha, Haydée avalia: *Eu fui corajosa em abrir caminhos. Eu tinha cem colaboradoras, de diferentes escolas. As enfermeiras tinham sido alunas bolsistas, elas já sabiam que iam ter o privilégio de entrar para o trabalho da Campanha. A filosofia de trabalho era encaminhar candidatas para os cursos de auxiliar, para os cursos de enfermagem, animar a Abed no local, melhorar os conhecimentos das enfermeiras da Campanha, estimular a que apresentassem trabalhos nos congressos e publicassem* (Dep., 1986 e 1988).

A visão de HGD sobre a tuberculose era a de um problema social agudo, mas sua avaliação da CNCT é positiva: *A Campanha influenciou muito a saúde pública, foram anos continuados de injeção de verbas. Ela enalteceu a enfermagem no grupo interdisciplinar, porque não podia fazer funcionar um dispensário ou um sanatório sem uma boa enfermagem. Então, o prestígio profissional da enfermeira ficou logo difundido* (Dep., 1986).

Não obstante, devido ao seu espírito indômito, HGD interpretava a disciplina segundo seus próprios valores, o que algumas vezes foi entendido como insubordinação hierárquica: *A gente sair para congresso, sair para ajudar as escolas de enfermagem nascentes ... era uma lida, porque eu militava em duas frentes, eu estava sabendo que havia muito combate do lado de fora e eu não podia ficar fora do combate! Isso impacientava os diretores* (Dep., 1986). Com a mudança de ministro, os cargos de confiança foram remanejados e com isto Haydée teve sua carta de renúncia aceita pelo novo superintendente da CNCT, engajando-se no entanto, imediatamente, em um novo desafio.

## A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Sócia efetiva desde 1944, teve presença marcante nas Assembléias de Delegados da Associação, graças à sua capacidade de obter apoio para seus projetos e de aglutinar pessoas em prol de uma causa. Mas também participou dos trabalhos locais, como a organização de vários congressos nacionais de enfermagem e a criação de seções da ABEn. Atuou no eixo Rio-São Paulo e mais tarde no eixo

Rio-Brasília, mas deu contribuição especial a seu estado natal e ao nordeste.

No início da década de 50 HGD tornou-se diretora e depois redatora da REBEn, passando por isto a integrar o Conselho Deliberativo da Abed. Em 1953, quando terminou o curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Haydée tornou-se redatora-chefe da REBEn<sup>xxxiv</sup> e contribuiu para a mudança da capa da revista. Em 1955, por força de reforma estatutária, a REBEn passou a ser um órgão independente do Conselho e ganhou sede própria, na av. Franklin Roosevelt, nº 39, sala 1304, na Esplanada do Castelo<sup>xxxv</sup>. Nesta época, HGD passou a ocupar o cargo de diretor redator-chefe da Revista, subordinada à presidente da ABEn, situação esta que perdurou até 1986.

Em 1954, HGD propôs à AD, em São Paulo, a realização de um estudo das necessidades de enfermagem no país<sup>xxxvi</sup>. Apesar dos protestos de Maria Rosa Sousa Pinheiro (MRSP), presidente eleita para a gestão seguinte da ABEn (1954-1958), que evidenciou a magnitude do estudo e a falta de recursos, a proposta de Haydée foi aprovada e em 1955, essa presidente, ao prestar contas à Assembléia das atividades desenvolvidas pela diretoria, informou que a FR havia decidido financiar o projeto, ressaltando ser este o maior empreendimento em que a ABEn havia se empenhado (CARVALHO, 1976, p.295-9). Como o diretor da FR para o Brasil, Robert Briggs Watson, decidiu que a coordenadora da pesquisa deveria ser brasileira, por conhecer a cultura, MRSP, à época também superintendente de enfermagem do SESP (1951-1955), com sede no Rio, aproveitou o ensejo do desligamento de Haydée da CNCT, para engajá-la neste ambicioso projeto da ABED (Dep., 1986 e 1988). De outubro a dezembro de 1955 HGD preparou-se nos EUA e no Canadá para sua nova missão, novamente com bolsa da FR. Seus estudos incluíram um estágio em pesquisa em enfermagem na divisão de Recursos de Enfermagem do Departamento de Educação, Saúde e Bem Estar Social dos EUA, Whashington, DC (M-1978). Nos dois anos seguintes Haydée ficou cedida ao Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil<sup>xxxvii</sup>.

Em 1956 o dr Ernani Braga, ex-superintendente do SESP e representante do diretor da FR no Brasil, providenciou a liberação inicial de dez mil dólares. Após o período de planejamento, quando chegou o momento de implementar o estudo, em 1957, tinha mudado o diretor da FR nos Estados Unidos. O dr Watson, sugeriu então que a diretora do Levantamento fosse à Nova York, conversar pessoalmente sobre os 30 mil dólares necessários para financiar os cinco subprojetos previstos (Dep., 1988; Carvalho, 1976, p.303). A Revista Brasileira de Enfermagem, cujas responsáveis eram MRSP e HGD foi de fundamental importância para o êxito deste trabalho. Por meio de editoriais e notícias as enfermeiras foram sensibilizadas e mobilizadas para o significado do empreendimento para a ABEn, cuja credibilidade nele se achava empenhada, e para o desenvolvimento da enfermagem nacional, que poderia traçar diretrizes de ação, a partir do conhecimento da situação concreta da profissão no Brasil. Ao mesmo tempo, ao divulgar o andamento das atividades do Levantamento, a ABEn dava um retorno aos seus financiadores e colaboradores ao registrar publicamente o apoio deles recebido.

Em 1958, foi realizado o Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Recursos de Enfermagem<sup>xxxviii</sup>, em Salvador, promovido pela Opas/OMS, por intermédio do MS e da ABEn, através o Centro do Levantamento e a Seção Bahia, com a colaboração da EE da Universidade da Bahia, da FR e do ICA (*International Cooperation Administration*) do Ponto IV<sup>xxxix</sup> (CARVALHO, 1976, p. 305-6).

O Levantamento de R & N foi a primeira pesquisa de enfermagem realizada no país. Este Levantamento teve profunda e duradoura repercussão, conferindo à ABEn o desejado reconhecimento, nacional e internacional, de sua capacidade de enunciar um discurso autorizado sobre a enfermagem, melhorando a posição da carreira no campo da educação e da saúde. Seu efeito simbólico foi de enorme importância, constituindo em capital cultural comum, que possibilitou às enfermeiras a elaboração de novas formas de percepção e apreciação, mais favoráveis à profissão<sup>xl</sup> (BARREIRA, 1999, p. 135).

Durante o tempo em que ficou cedida ao Centro do Levantamento de R & N, Haydée continuou a desenvolver suas atividades na ABEn. Seus feitos, na REBEn e na CL, se entrelaçaram no tempo e se complementaram de modo a dar maior eficácia à sua atuação.

No que se refere à CL, segundo Anayde Corrêa de Carvalho, autora de uma história autorizada da ABEn (1926-1976) esta foi uma das comissões da Associação que mais se destacou, lembrando ainda a importância da atuação da última, face aos problemas da formação profissional (CARVALHO, 1976, p.121, 340, 345, 361, 387-8). A raiz da comissão de legislação da ABEn vem dos tempos da missão de enfermeiras americanas que implantou a enfermagem moderna no Rio de Janeiro. Ethel Parsons redigiu as

primeiras notas, em inglês, do que viria a ser o Decreto nº 20.109/31, que estabeleceu a EAN como padrão oficial, para efeito de equiparação das demais escolas de enfermagem do país (DOURADO, 1968, p.23). Assim, a EAN começou a atuar na legislação para encaminhar a inserção das escolas de enfermagem no nível superior. Mais tarde a Associação foi assumindo a coordenação dos esforços em prol da consolidação das bases legais do exercício da enfermagem.

As circunstâncias do início da participação de HGD nessa comissão dão a justa medida da sua personalidade. Aproximava-se a data do congresso de enfermagem e a coordenadora da comissão de legislação, Marina Bandeira de Oliveira, encontrava-se doente. Haydée foi visitá-la junto com Waleska Paixão, diretora da Escola Anna Nery e lhe pediu que designasse uma substituta para representar a CL na Assembléia Geral da ABED, realizada durante o Congresso. Tal iniciativa foi deliberada. Em suas palavras: *Eu tinha a noção de que a legislação era um campo riquíssimo pra enfermagem ir pra diante. Então, fui eu quem escolheu o trabalho, foi assim que eu entrei nessa luta* (Dep., 1988).

Este foi o ensejo para a obra maior de sua vida profissional: *eu me expandi mais, gostei mais, me senti mais útil de tudo, nos dezenove anos da Comissão de Legislação, porque eu tinha desafios contínuos ... quanto mais fosse difícil passar uma idéia para os legisladores, mais eu me sentia desafiada. Essas coisas que foram me acontecendo, naqueles dezenove anos, repartir os medos e as angústias com gente tão devotada à enfermagem, a solidariedade de muitas enfermeiras, com senso de responsabilidade nos trabalhos da classe ... Nós estávamos convictas e eu era privilegiada de ser a porta-voz, de dialogar* (M – 1978, Dep., 1988).

O trabalho realizado por HGD na CL, de 1951 a 1972, impressiona tanto pelo volume quanto pela complexidade. Ambos os aspectos se refletem nos 40 (62,5%) editoriais, dos 64 por ela escritos para a REBEn durante este período. O quadro abaixo sintetiza a análise quantitativa.

Quadro 1 – Atividade editorial de Haydée Guanais Dourado, relacionada às suas funções de coordenadora da Comissão de Legislação da ABEn: temática abordada em 63 editoriais (1952-1972)

Temática	Ano	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	Total
A lei do exercício profissional (2.604/55)			2		1		1	1			1		1	2									9
A LDB/61 e as pendências da Lei 775/49	3			4		2	8	7	1		6	2	1	1		2	2						39
A classificação do enº do Serviço Público Federal (Lei 3.780/60)							1		1			2											4
Nova Lei de Classificação de Cargos e Salários (Decreto 57.180/65)														1	1								2
O Novo Currículo Mínimo – Parecer 271/62							3	3	1	1													8
Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (técnico e auxiliar de enfermagem – parecer 45/72)																4	1				3		8
Conselho e Sindicato									1			3		1									5
A Comissão de Especialistas do Ensino da Enfermagem e a Reforma Universitária (RU) de 1968																3	2				2	2	9
Total	3	2	2	4	1	2	13	11	4	1	7	7	2	5	1	9	5				2	5	84

### **A lei do exercício profissional (2.604/55)**

O tema “lei do exercício profissional” apareceu nove vezes nos editoriais da REBEn, no período 1953-1964. No entanto, já em 1951, HGD, recém-indicada para presidir a CL, apresentara à Assembléia Geral realizada no Rio de Janeiro, durante o 5º CNE, um relatório que continha catorze recomendações, relacionadas ao plano de trabalho da presidente, Waleska Paixão (1950-1952). Dentre eles, mereceu destaque especial a regulamentação da profissão. Neste sentido, a CL apresentou à Câmara dos Deputados um anteprojeto de lei o qual foi aproveitado quase na íntegra. No entanto, outros grupos de interesse, como os enfermeiros militares e as parteiras, conseguiram alterar o projeto em seu favor. Mas, ainda que nem todas as reivindicações das enfermeiras, em termos de prerrogativas, tenham sido atendidas, a Lei nº 2.604/55 deu à enfermagem uma legislação própria do exercício, independente de outras profissões<sup>XLI</sup> (CARVALHO, 1976, p.219-221). Por outro lado, o projeto de regulamentação da lei do exercício da enfermagem, encaminhado ao presidente da República em 1959, foi indevidamente retirado do Palácio do Catete pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina. A presidente da ABEn, Marina de Andrade Rezende, solicitou providências ao ministro da saúde, mas somente em março de 1961, o presidente assinou o Decreto nº 50.387/61, regulamentando o exercício da enfermagem e suas funções auxiliares, inclusive as obstetrizes, que ficaram inconformadas.

### **A LDB/61 e as pendências da Lei 775/49**

Uma outra questão que demandou muito empenho de HGD refere-se às pendências da lei do ensino de enfermagem (775/49). Tanto que este assunto e a LDB de 61, a qual resolveu muitas dessas pendências, constam 39 vezes nos editoriais escritos por Haydée entre 1952 e 1967, com destaque numérico para os anos de 1957, 1958 e 1961. A Lei 775/49 determinara a conversão dos cursos de enfermagem obstétrica, até então oferecidos pelas faculdades de medicina, em cursos para formação de enfermeiras ou de auxiliares de enfermagem especializadas para a assistência obstétrica. As obstetrizes julgaram-se prejudicadas e trabalharam para modificar essa Lei, mesmo após a desativação daqueles cursos (CARVALHO, 1976, p.140-1). A ABEn pleiteava a unificação das duas profissões e o reconhecimento da enfermeira obstétrica, com curso de pós-graduação de um ano. As divergências entre enfermeiras e obstetrizes, além de acirradas, foram muito prolongadas (1952-1964), atravessando as gestões das presidentes Glete de Alcântara, Maria Rosa de Souza Pinheiro, Marina de Andrade Resende e Clarice Ferrarini. A CL mobilizou tanto as associadas como as seções estaduais da ABEn, formando um grande movimento, qualificado por Haydée como memorável, pois em certos períodos cerca de vinte enfermeiras trabalhavam intensamente nas casas do congresso. Nessa campanha foi decisivo o trabalho das enfermeiras católicas junto à alta hierarquia da Igreja, com destaque para as irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, da Escola Paulista de Enfermagem. Em certa fase houve a participação da ABEn, da Associação Brasileira de Obstetrizes (ABO) e da Conferência dos Religiosos do Brasil

(CRB). O assunto só foi encerrado com o Parecer nº 241/64 do CFE, que determinou o arquivamento do projeto, por estar em desacordo com a LDB. Assim, em 1964, após doze anos de lutas, ocorreu a unificação das carreiras de enfermeira e obstetrix (CARVALHO, 1976, p.224-229, 141-154 e 175). HGD assim resume essa luta e a posição da ABEn: *A opressão sobre a mulher fez com que as obstetrizes não tivessem evoluído para o nível superior, como a farmácia e a odontologia, ficando acopladas à medicina. Elas se julgavam com mais mérito que as enfermeiras, porque elas faziam o parto no domicílio. Mas o INAMPS logo ia internar as mães nas maternidades. E lá, onde o chefe do serviço era o catedrático de obstetrícia, elas só vigiavam o pré-parto e no momento do parto elas chamavam o médico. A pressão de uma carreira hegemônica como a medicina, era muito forte e elas não tinham o respaldo de um padrão mundial de escolas de obstetrícia separadas, não tinham diploma, nem revista, nem associação. Acho que o movimento da ABEn foi correto, porque as obstetrizes não tinham como construir um complexo institucional. (Dep., 1988 e 1991).* Esse projeto de lei aparece vinte e três vezes como assunto principal na Revista Brasileira de Enfermagem; ele foi discutido em catorze reuniões de diretoria e em várias reuniões das comissões especiais e assembléias gerais (CARVALHO, 1976, p.154).

Uma outra questão polêmica era a da escolaridade exigida para o ingresso nas EE, a qual continuava a se desenrolar, uma vez que a Lei 775/49 deu margem a protelações da exigência do curso secundário completo, o que não foi do agrado da maioria das EE inseridas em universidades (CARVALHO, 1976, p.131 e 173). Como as diretoras de escolas nunca conseguiram chegar a um consenso sobre o assunto, apesar das iniciativas isoladas de escolas federais e estaduais, a questão só veio a ter um ponto final após onze anos, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 4.024/61, totalizando nove anos de lutas.

### **A classificação do enfermeiro do Serviço Público Federal (Lei 3.780/60)**

Em 1954, o DASP terminou de elaborar o Plano de Classificação dos Servidores Públicos Civis da União. Neste plano, os enfermeiros “padrão Ana Nery” (segundo denominação do próprio DASP) foram classificados como serviço profissional de nível médio, ao lado de categorias como operador de raios X, auxiliar de necrópsia e massagista. Apesar das reivindicações formais encaminhadas pela presidente da ABED, das ponderações feitas em audiência especial com a Comissão do Plano<sup>XLII</sup>, das demonstrações de simpatia por parte do diretor do DASP e do diretor do departamento de administração do Ministério da Saúde, a matéria foi encaminhada ao Congresso Nacional sem emendas. Conta Haydée: *a grande batalha foi a Classificação de Cargos, que nós queríamos ficar na mesma categoria de todas as profissões de nível superior. Meu grupo dizia que eu não ia convencer os legisladores, porque as enfermeiras que estavam trabalhando não tinham entrado na escola com o curso secundário completo. Mas eu, que fui da Escola Anna Nery, sabia que lá se exigia o normal, embora se admitissem equivalências. Quando a Escola*

*ingressou na Universidade do Brasil, seu curso era semelhante ao que formara a primeira turma. É elitista a concepção de que o curso de enfermagem passou a ser do nível superior somente após a obrigatoriedade da exigência do curso secundário completo. Existem outras vertentes para definir o que é uma profissão. A idoneidade de um curso não pode ser avaliada pela lei de um momento histórico posterior (Dep., 1998 e 1991).*

Em 1955, HGD, em nome da presidente da Associação enviou ao plenário da Câmara extensa justificativa, apoiada na legislação vigente e em pareceres oficiais, mostrando ser a enfermagem profissão liberal<sup>XLIII</sup>, de nível superior, de curso de quatro anos acadêmicos, orientada e fiscalizada pela diretoria do ensino superior do MEC e apresentando proposta de emenda, no sentido de incluir o enfermeiro no Serviço Técnico Científico, caracterizado pelo exercício da chefia de unidade de internação, critério este que poderia ser atendido por todas as enfermeiras de então<sup>XLIV</sup>.

Em 1956, a presidente da ABEn MRSP e HGD enviaram vários ofícios e memoriais solicitando a mudança de classificação do enfermeiro. Mais uma vez as obstetizes se colocaram contra a pretensão das enfermeiras e o DASP também era contra. Como explica Haydée: *elas tinham visões de outras categorias, elas achavam que nós íamos tirar uma fatia grande do orçamento, porque nós somos muitos e inclusive elas lutavam por eles mesmos. E ganharam a batalha, ficaram de nível superior (Dep., 1988)*. O trabalho da ABEn prosseguiu, tanto oficialmente, junto ao presidente da República, ao ministro da Saúde, aos líderes dos partidos no Congresso, como o trabalho silencioso de persuasão, junto aos parlamentares relatores. E também havia o trabalho com as pessoas, caso a caso: a presidente da CL colocava-se à disposição dos interessados, semanalmente, na sede da ABEn, no Rio de Janeiro<sup>XLV</sup>. HGD sugeriu que a seção São Paulo pedisse o apoio do líder da maioria no Senado e que as seções enviassem telegramas individuais aos respectivos senadores. A Lei nº 3780/60, que dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, incluiu o enfermeiro no Grupo Técnico-Científico, mas o pretendido nível 18 foi vetado pelo presidente da República. Mas, graças aos esforços das seções da ABEn e do trabalho individual das enfermeiras junto aos parlamentares, esta reivindicação foi atendida. Os números apresentados no relatório da comissão de legislação (1959-1960) são impressionantes: 55 reuniões com entidades de classe; 223 visitas às casas do Congresso, a ministérios, ao DASP e seção de pessoal; 235 circulares; e 40 memoriais a parlamentares (CARVALHO, 1976, p.237-44 e 251). Haydée fala com entusiasmo desta luta, onde se somavam os esforços individuais e coletivos: *o Brasil todo se comunicava com os legisladores, eles sabiam que nós éramos um movimento nacional. Batia na mão do relator, choviam telegramas pra ele... Houve tanta gente de valor neste trabalho!* (Dep., 1988).

Com a mudança da capital do Brasil para o planalto central, houve um progressivo deslocamento do centro de poder do Rio de Janeiro para Brasília, do qual decorreu o grande empenho das enfermeiras brasileiras em construir uma sede própria da Associação na nova capital do Brasil. Mas, para que essa grandiosa realização pudesse ter êxito,

todas as demais atividades da ABEn tiveram que ser reduzidas. No que se refere à REBEn, desde que a FR suspendeu sua ajuda financeira em 1962, até a inauguração da primeira parte da construção da sede nacional da ABEn em Brasília, durante a Semana da Enfermagem de 1971, os números da revista, publicados a cada ano foram reduzidos, bem como a tiragem e o número de páginas. Talvez este seja um dos motivos que levaram a que assuntos referentes à Lei 3.780, de julho de 1960, os quais demandaram muito trabalho para HGD, constem de apenas 4 editoriais da REBEn.

### O Novo Currículo Mínimo – Parecer 271/62

Em Brasília<sup>XLVI</sup>, Haydée integrou a Comissão de Peritos de Enfermagem, criada em 1962, mediante acordo entre a ABEn, a DESU/MEC. Essa cooperação incluiria a verificação das escolas para autorização de funcionamento e reconhecimento e o assessoramento em questões de ensino. O primeiro trabalho da Comissão de Peritos foi o planejamento do currículo mínimo do curso de graduação, encaminhado ao CFE em julho do mesmo ano. Entrementes, o CFE criou uma comissão composta por três médicos, que apresentou o Parecer 271/62, o qual não atendia à proposta da ABEn, pois diminuía a duração do curso para três anos, reduzindo em 36% a carga horária e introduzia um quarto ano optativo, no qual se inseriria a enfermagem de saúde pública e a enfermagem obstétrica. Apesar dos grandes esforços da ABEn, a matéria foi aprovada sem grandes modificações.

Neste sentido, em 1966 foi criada uma comissão especial da ABEn para o estudo do Currículo Mínimo do Curso de Enfermagem<sup>XLVII</sup> que elaborou memorial enviado ao CFE, solicitando que o currículo mínimo ficasse constituído por um tronco comum de três anos, mais um ano diversificado. Sobre a temática relacionada ao currículo e ao tempo de duração do curso de enfermagem, HGD escreveu entre 1957 e 1960, 8 editoriais para a REBEn.

### A Comissão de Especialistas do Ensino da Enfermagem e a RU de 1968

Por solicitação verbal da DESU/MEC, em 1965 HGD passou a integrar uma comissão da ABEn para elaborar um Plano de desenvolvimento das EE e de Auxiliares de Enfermagem. Esta comissão passou a órgão assessor daquela divisão com a denominação de Comissão de Peritos em Enfermagem. Quando foi instituído na DESU o sistema de comissões de especialistas, aquela comissão de peritos foi transformada em Comissão de Especialistas do Ensino da Enfermagem (CARVALHO, 1976, p. 307-17 e 471-2).

Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, por força da Lei nº 5.540/68, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 464/69. Em 1970, a ABEn reiterou ao CFE o pedido de reestruturação do currículo mínimo e finalmente, após dez anos de reuniões de estudo e discussões, em seminários e congressos, foi aprovado o Parecer 163/72, da comissão central de revisão de currículos do Conselho, que fixou o novo currículo mínimo do curso de Enfermagem e Obstetria, com duração mínima de quatro e máxima de

seis anos, constituído de um tronco profissional comum e opção de habilitação nas áreas médico-cirúrgica, de saúde pública ou obstétrica (CARVALHO, 1976, p. 163, 168 e 249). Esta temática aparece 9 vezes nos editoriais da REBEn publicados entre 1966 e 1972.

### **Diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus (Parecer 45/72)**

Um outro ponto da LDB/61 que mereceu especial atenção das educadoras de enfermagem foi o estabelecimento de três níveis de ensino de enfermagem. Apesar do pensamento contrário da presidente da ABEn, Marina de Andrade Rezende, no que era acompanhada por grande parte das educadoras de enfermagem (Carvalho, 1976, p. 153, 155-6, 182-3 e 196), HGD era francamente favorável à articulação dos níveis de ensino de enfermagem aos níveis do sistema de ensino nacional, como princípio teórico de um critério objetivo, para justificar as faixas salariais correspondentes às categorias. Esta sua posição aparece oito vezes nos editoriais por ela escritos entre os anos de 1966 e 1972. Haydée explica que desde a Lei 775/49, a qual criou o curso de auxiliar de enfermagem, ela começou com a idéia do grau intermediário, inclusive como forma de ascensão para o auxiliar de enfermagem (M-1974, Dep., 1986, 1988). Mais uma vez prevaleceu a visão de HGD, pois enquanto os debates prosseguiram, surgiram os primeiros cursos técnicos de enfermagem nos sistemas estaduais de ensino (Guanabara e Pernambuco) em escolas de irmandades católicas (Goiânia, Curitiba e Rio de Janeiro) e no sistema federal (Escola Anna Nery/UB). Assim, apesar de fortes opiniões contrárias, a criação do nível técnico tomou-se um fato consumado (CARVALHO, 1976, p.185-187). Em 11 de agosto de 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692, que tratava da reforma do ensino de 1º e 2º graus. Como a ABEn há muito já vinha tratando do assunto, logo em 1972 encaminhou ao CFE subsídios sobre a formação de técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, os quais foram incorporados ao Parecer 45/72.

### **Nova Lei de Classificação de Cargos e Salários (Decreto 57.180/65)**

Quando a Lei nº 4.345/64 instituiu novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do poder executivo, os profissionais de nível superior foram enquadrados segundo a duração dos respectivos cursos de graduação. O enfermeiro ficou no grupo III, correspondente a cursos de três anos. Logo que a presidente da ABEn – Circe de Melo Ribeiro ficou sabendo do acontecido, tomou providências junto ao diretor do DASP no sentido de esclarecer que a duração do curso de enfermagem sempre fora de quatro anos ou mais, embora o Parecer 271/62, com vigência a partir de 1963, previsse três anos para a formação do enfermeiro. A seguir, HGD trabalhou junto ao Conselho Federal de Educação, à Consultoria Geral da República e ao DASP, por mais de um ano (como a participação decisiva das Irmãs Missionárias de Maria), no sentido de passar o enfermeiro para o grupo IV, o que foi assegurado pelo Decreto 57.180/65. Sobre o assunto, Haydée escreveu dois editoriais de precioso conteúdo. A situação só veio a ser encerrada

com a Resolução nº 4/72 do CFE, a qual previa a que a duração do curso de enfermagem seria de no mínimo quatro e no máximo de seis anos (CARVALHO, 1976, p. 246-9).

### **Conselho e Sindicato**

Para a criação de um sindicato de enfermeiros, a CL obteve o apoio da Confederação Nacional das Profissões Liberais, que opinou que o lugar dos enfermeiros deveria ser entre os universitários e não na Conferência Nacional do Comércio. Mas, somente em 1961<sup>XLVIII</sup>, a Comissão do Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho classificou os enfermeiros entre os profissionais liberais<sup>XLIX</sup>. Para HGD, o advento dos sindicatos abriria novas perspectivas à enfermagem e redefiniria o papel da ABEn, que então poderia, como associação cultural, dedicar-se a seus fins precípuos, deixando enfim aos sindicatos aquelas atividades que, na sua falta, procurava desempenhar.

Ao mesmo tempo, era sentida a necessidade da criação de um órgão cujas deliberações tivessem força legal. Diante dos esclarecimentos do jurista Cesarino Júnior, diz Haydée: *Então ficou claro que seria a hora do Conselho, inclusive porque na Diretoria do Ensino Superior havia grande dificuldade das enfermeiras se entenderem com quem não tinha compreensão do que era uma escola de enfermagem de nível superior*<sup>L</sup>.

Apesar de que as discussões sobre a criação de um Conselho de Enfermagem tenham se iniciado em 1944, foi a partir dos anos 60, que a atuação da ABEn tornou-se mais efetiva, mas as dificuldades se traduziam em intermináveis protelações. Conta Haydée que toda semana ela ia ao ministério do Trabalho, até que um dia ela disse: *eu quero uma declaração de que o processo está perdido. Aí o delegado do trabalho fez localizar o processo, que estava na gaveta de d. Heloisa Montenegro, no sindicato das parteiras, que tinha sede na Esplanada do Castelo. Só então ele começou a tramitar* (Dep., 1988).

A circunstância da morte do presidente Costa e Silva, e a decorrente recomposição ministerial alterou o jogo de forças. No início de 1970 a presidente Amália Corrêa de Carvalho oficiou ao novo ministro do Trabalho, Júlio Barata, solicitando fosse dado andamento ao processo que lá se encontrava, acompanhada de exposição de motivos. Ao final deste ano o ministro enviou ao presidente da República um oitavo projeto de lei sobre a criação do conselho, vinculando-o, pela primeira vez ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e alterando a proporcionalidade das categorias nos conselhos regionais, o que alarmou as enfermeiras. HGD assim relata as dificuldades desta fase: *nós não conseguíamos vencer nada dentro do gabinete do ministro, então Amália, presidente da ABEn (1968-1972), foi à Brasília e disse ao assessor jurídico que, do jeito como estava o processo, montado na estrutura sindical de pessoal de enfermagem, junto com massagistas, a Associação não queria, que ela iria retirar o processo. Então o assessor levou-a ao ministro. Tinha muita gente atrás, querendo mudar os conteúdos do processo: os práticos de enfermagem, os auxiliares de enfermagem, as parteiras ...* (Dep., 1988). Este projeto não chegou a ser encaminhado à Câmara dos Deputados, sendo substituído pelo próprio ministro do Trabalho, por uma outra versão, na qual se dava especial

relevo ao papel do sindicato na escolha dos conselheiros. A presidente da ABEn, a coordenadora da CL, e outras enfermeiras de Brasília compareceram ao MTPS, sem resultado, mas as enfermeiras de Brasília conseguiram retirar esse nono projeto do Palácio do Planalto (CARVALHO, 1976, p. 273-4). Comenta Haydée: *a gente estava vigilante e acompanhando; toda vez que mudava a coisa essencial, a gente levava meses pra tirar. Foram dez anos. No finalzinho, Izaura Godoy da Fundação SESP, casada com um coronel do exército, ia ao gabinete. Disseram pra ela que o processo estava na mesa do ministro para o despacho, mas ela sabia que não estava, aí o coronel teve que mostrar que estava em exigência, pelo SNI.*

Haydée explica porque foi tão longa e difícil a tramitação do processo de criação do Conselho: *nós sofremos muito porque nós não éramos fortes no ministério do Trabalho. O Brasil ficou muito enamorado das constituições fascistas. O ministério do Trabalho era para o governo uma estratégia para controlar os trabalhadores e o ministro Júlio Barata queria assentar a estrutura do Conselho de Enfermagem sobre a vida sindical. Havia muito enviezamento contra nós e mais tarde as pessoas diziam: a senhora lutou muito na minha mão, mas agora eu entendo, me desculpe. Eu acho que foram anos muito bonitos* (Dep., 1988).

A participação de HGD no acompanhamento dessa tramitação, como coordenadora da CL, até 1972<sup>LI</sup>, foi intensa. Em suas palavras: *para conseguir a criação, pela Lei 5.905/73 desses Conselhos, as enfermeiras trabalharam durante dez anos ininterruptos. O órgão específico desse trabalho foi a diretoria da ABEn, auxiliada grandemente pela sua comissão de legislação (M – 1974).*

Atuando nessa comissão, quase ininterruptamente de 1951 até 1972<sup>LII</sup>, HGD vê o papel da CL como o de apontar rumos e avalia positivamente o resultado de sua contribuição, ao ajudar sua classe a reformular a educação e o exercício da enfermagem. Diz ela: *o que vai ser amanhã deve ser melhor que hoje, mas certamente conseguimos um bom encaminhamento do sub-setor enfermagem.* No entanto ela faz também uma ressalva: *A formação de uma profissão não é feita de cima para baixo. A instituição é feita às custas daqueles que recebem o trabalho, o público consumidor é quem dá a chancela ao profissional que zela pelo interesse da população (M – 1974, Dep., 1991).*

Quanto à temática Sindicato e Conselho, HGD se posicionou cinco vezes em editoriais da REBEn.

### HAYDÉE GUANAIS DOURADO, POR ELA MESMA

Haydée se define como uma cidadã ligada ao sistema jurídico do Brasil, mas também um membro do reino de Cristo. Ela se considera uma pessoa inspirada por Deus, que lhe deu o dom de trabalhar pelo futuro, por coisas que não existiam ainda, mas que ela estava convencida que eram necessárias (Dep., 1987 e 1993). Ela assim explica a escolha de sua área de competência: *Eu não sou muito boa pra ser a pessoa responsável por tudo, não sei distribuir bem o meu tempo...Minhas companheiras de trabalho eram de um Brasil mais adiantado, mais rico, do que eu sou, elas tinham mais preparo e carisma pra outras coisas. Elas traziam aquela certeza das ciências, do empirismo, e eu trazia*

*minhas globalizações, minhas intuições, religiosas e das ciências sociais. Minha posição no grupo era a de puxar as deliberações para o termo médio nacional (Dep., 1988 e 1991).*

Sua auto-imagem é nítida e confiante no julgamento dos demais: *Todos me vêem como eu sou: como a pessoa que foi pra adiante, que quer perseguir os ideais. Eu estou nesta corrente de irmos para adiante. Minhas fontes são do século 16, meus avós já eram presbiterianos. Eu me considero privilegiada por lutar no grupo progressista do Brasil.* No entanto, coerente com sua história de vida, ela reconhece o direito de as pessoas escolherem outras fontes que as sustentem, quer sejam religiosas ou ideológicas: *Nós temos que ser pluralistas. Nós temos que ir como massa bem pujante, dando as mãos, quer você venha de uma admiração a frei Beto ou a uma militância do PT ou a uma antiga militância junto com Luís Carlos Prestes. Isso tudo deve somar. Então vamos todos unidos* (Dep., 1986).

No que se refere às relações de gênero e à sua opção de permanecer solteira ela diz: *Ter um lar e filhos é muito bom, mas ter uma profissão também é muito bom. Pra mim foi mais fácil conseguir certas realizações profissionais porque não tinha menino, não tinha marido, não tinha casa pra cuidar. A vida toda é cheia de tensões, eu acho que é do viver, mas seria sem graça também se a gente não tivesse problemas para resolver* (Dep., 1986).

Seu auto-reconhecimento parece estar ligado à valorização de sua herança genética e cultural, como ela nos faz ver nesta frase: *Eu sou neta de Teodolina, os cordões da minha vida, sou eu que dirijo* (Dep., 1991). No entanto, sua ética é baseada na crença da predestinação divina mesclada à do livre arbítrio: *para todo mundo, para cada nação, família e pessoa existe um planejamento divino. O conjunto genético de que somos dotados serve de recurso para o plano específico. Os planos o levam em consideração. A pessoa tem liberdade e responsabilidade. Quando faz erro ético, irá contrariar o plano. Quando, ao contrário, anda nos caminhos da solidariedade humana, estará facilitando aos outros seguirem seus planos. Eu quero que o desprotegido, que os humilhados e ofendidos do Brasil saiam dessa situação. Eu quero e ajo para isto. Na hora de escolher como é que eu vou fazer, é uma decisão ética e nela eu ponho todo o meu ser. Eu sou convicta de que nós temos em Cristo a maior aliança pras lutas da vida e que ele quer essa direção. Nós é que usamos rótulos, mas eu não me perco. Minha militância é no terreno da educação, das relações de grupo, eu me entusiasmo com consensos que nós vamos formando* (Dep., 1988).

E acima de tudo, HGD se vê como instrumento da providência divina: *Eu acredito que essas coisas que me aconteceram na vida foram devidas ao interesse de Deus pela enfermagem, porque havia uma mão por trás disso tudo* (Dep., 1991).

### A VISÃO DA ENFERMAGEM E DO BRASIL

Nosso ponto de vista é o de que o labor cotidiano de HGD se dava de acordo com uma visão de mundo acorde com aquela de Florence Nightingale: uma concepção teleológica da história, de predestinação divina, o espírito de reforma, a clara antevisão da tarefa a realizar, a sensibilidade

ao imperativo de fazer alianças e a habilidade de elaborar estratégias: *Florence Nightingale aprendeu muito das instituições da Igreja católica. Quando a mulher era tão cerceada, nas congregações religiosas elas tinham expansão, elas podiam prestar serviço, elas podiam se desenvolver. Aí ela apanhou o modelo, de como colocar a enfermagem de um jeito leigo. Sua grande contribuição foi ver que já era hora de a enfermagem ser uma profissão e não uma vocação religiosa* (Dep., 1986). Sua visão é a de que o espírito de Florence Nightingale presidiu o início da enfermagem moderna no Brasil. *Muita gente foi chamada espiritualmente pra vir para a Escola Anna Nery: veio gente do norte, do sul, do centro. Num período de cinco meses, nós éramos chamadas de preliminares, não merecíamos ainda usar touca, nós éramos como as postulantes de um convento. O curso de enfermagem no Brasil foi muito bem começado. Algumas enfermeiras olham para trás como se o curso de enfermagem não tivesse tido um bom começo, porque o nome das disciplinas de enfermagem era de Técnica; mas a palavra técnica vem do grego e significa a arte de exercer. Nós recebíamos um currículo muito adiantado, de um país que tinha instituições educacionais muito boas* (Dep., 1987).

Sua avaliação sobre a contribuição da enfermagem para o processo de emancipação da mulher é altamente positiva: *a enfermagem contribuiu para a mulher progredir nos seus direitos, ir mais além, no sentido de desenvolver seus atributos de personalidade, tão importante para todas as civilizações. Então foi uma coisa que ela deu e recebeu. A enfermeira, mediante a profissão, teve a remuneração, a oportunidade de trabalhar fora do lar, de se desenvolver mais e, em sendo assim, ela contribuiu na cultura, para a mulher ter posição mais elevada. E com grande sensibilidade ela fala da ambigüidade do ser feminino: E o que pode parecer difícil, que cria dificuldades é do outro lado da moeda, a vantagem: há mulheres que fazem uso de sua beleza, de sua juventude, para fazer as coisas mais fáceis para ela no trabalho. Eu acho que isso é uma falta de sabedoria, em vez de providenciar uma alavanca de poder, uma profissão forte, que se defenda, que vá pra diante* (Dep., 1986). Ela também vê com clareza que a condição da mulher, e da enfermeira, não é uma questão biológica, mas cultural, mas que o papel atribuído ao sexo feminino terminou por orientar o caminho da sua profissionalização: *Eu tenho grande entusiasmo pela enfermagem, no que ela é hoje, mas principalmente no vir a ser da enfermagem, mas eu não vejo muito isto ligado a sexo, acho mais ligado à cultura. Agora, acho que a mulher foi primeiro experimentar-se naquela estrada que estava imediatamente diante dela, que era a biológica* (Dep., 1986).

No que se refere aos rumos da vida associativa, Haydée declara: *Eu vejo a ABEn com muita alegria, eu fico satisfeita porque reconheço que as líderes atuais me vêem com justiça. Eu acho que nós vamos reconhecer uns aos outros, irmanados na luta. E agora a Constituição está nos mostrando que o Brasil é mesmo para ser de todos* (Dep., 1988).

A questão da enfermagem na história é vista por ela como um movimento coletivo, que persiste no tempo, através as gerações de profissionais: *A trajetória a ABEn é muito bonita. Quando eu percorro de memória esses quase 70*

*anos da ABEn, eu tenho muita admiração de ver como essas enfermeiras tiveram a visão, como elas se deram, como elas foram estrategicamente criando soluções, achando caminhos... Então vamos para diante com essa informação de que as de ontem deram conta. Quando falharem as forças de umas, outras já estão aí mostrando muito valor* (Dep., 1988).

Quanto à luta da enfermagem por um espaço na universidade era reconhece que: *Os Centros de Ciências da Saúde até aqui nos vêem como uma profissão lado a lado com as outras, mas não pensam de nós tão alto como nós pensamos de nós mesmos. O aluno percebe uma certa discriminação, mas compete aos alunos não introjetarem o que pensam deles, mas serem mais agremiados dentro da classe, pra ver que nossa classe é de valor. Nós temos ainda que nadar contra a correnteza, até a população assimilar nossos papéis, a imagem do enfermeiro. Temos que lutar muito, com legitimidade, exercendo bons papéis. É o exercício que cunha a moeda pra ela circular. Primeiro a sociedade vai caminhando num certo sentido e depois a lei fixa aquelas condições* (Dep., 1988).

Em sua percepção, é incompleta a inserção da enfermagem na sociedade: *As enfermeiras ficam muito olhando para o lado de dentro da sua instituição e não olham muito para a sociedade, o que a sociedade sabe e espera delas, para a divulgação do que fazem as enfermeiras e do que querem fazer. A sociedade não conhece nossa contribuição, para conquistarmos nosso direito de trabalhar. As forças da sociedade são muito fortes e nós não as estamos cultivando. Precisamos nos aliar mais. As lutas estão necessitando de engenho e arte, porque as necessidades vão mudando, de acordo com as mudanças sociais. Temos que romper o quadro e fazer o que o Brasil precisa hoje, para todos os cidadãos* (Dep., 1991).

Sua percepção da importância social da enfermagem prende-se ao seu lugar no mercado de trabalho, o que deveria ser considerado na luta por melhores posições no campo: *Nós sempre vamos dar muitos empregos nas instituições de saúde, então nós devemos ser mais agressivas em formular instituições novas pra nós* (Dep., 1986). Para ela, a luta pelo reconhecimento do profissional da enfermagem nos serviços de saúde passa pela demarcação dos espaços, inclusive por ele mesmo: *O direito do cidadão deve existir também dentro do exercício profissional. Não devemos contribuir para a injustiça social, deixando que outro lucre do nosso exercício. Não assinar o que não fez e não deixar de assinar o que fez* (Dep., 1991).

Sua crença no imperativo ético da solidariedade tem fundamento místico: *Eu quero para os brasileiros coisas boas. Eu não posso me isolar de quem está rompendo grilhões. O pobre está atado. A força maior é deles e eles que dão a razão de ser da luta, mas nós também somos importantes junto desses injustiçados, porque nós temos os privilégios e temos que dar de volta a educação que recebemos, porque nós recebemos os dons para o benefício dos outros* (Dep., 1991).

Sua visão de Brasil é otimista: *Eu sou realmente uma pessoa visionária. Eu vejo o Brasil muito bem no futuro: cuidar das massas, educar todos... Vamos chegar a ter uma civilização brasileira respeitável, humana, vamos fazer nossa pátria digna de um convívio universal respeitoso. Nós*

*somos dotados de sentimentos, de inteligência, um país extraordinariamente bem dotado para ser desenvolvido* (Dep., 1991).

## **HAYDÉE GUANAIS DOURADO, BALUARTE DA ENFERMAGEM BRASILEIRA**

A trajetória de HGD no campo da enfermagem abrange cerca de sete décadas. A posição de destaque por ela alcançada deve-se a fatores de várias naturezas: a aquisição de um habitus primário diferenciado da maioria das jovens de sua geração, o capital cultural desde cedo por ela incorporado sob a forma de carisma e distinção, o capital objetivado no consumo de bens culturais e o capital simbólico obtido sob a forma de diplomas e títulos de prestigiosas instituições de educação e saúde brasileiras, americanas e canadenses.

Em suas lutas, empunhou sempre a bandeira do progresso da enfermagem, tendo sempre a ABEn como fortaleza para a defesa e para o combate e a REBEn como instrumento de luta. Ao mesmo tempo, acompanhou o processo de cientificação da enfermagem e a modernização da sociedade brasileira, tornando-se doutora e docente livre em Ética, História e Legislação, em 1968, ao defender a tese *Enfermeiras para o nordeste em desenvolvimento*, na Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ. Com isto, pode participar de comissões julgadoras de concursos para a obtenção do grau de doutor e/ou livre-docente em diversas escolas de enfermagem de universidades públicas<sup>LIII</sup>, os quais permitiram o fortalecimento do corpo docente de escolas de várias regiões do país. Desde 1973 integrou o corpo docente do curso de mestrado da EEAN, o primeiro do Brasil, e em 1977 tornou-se professora titular dessa escola.

O processo de heroificação de HGD teve início ainda no fragor das batalhas legislativas. As primeiras homenagens coletivas ocorreram sob a forma de agradecimento de suas colegas e companheiras de lutas, por vitórias alcançadas, como na Reclassificação de Cargos e Funções dos Enfermeiros Cívicos da União<sup>LIV</sup> (1960) e na Reclassificação de Cargos e Salários<sup>LV</sup> (1965). Em 1971 veio o reconhecimento oficial da Associação Brasileira de Enfermagem, que lhe outorgou o título de sócia honorária<sup>LVI</sup> “pelos relevantes serviços prestados à causa da enfermagem nacional” e dois anos depois a indicou como ganhadora do prêmio *Enfermeira do Ano*<sup>LVII</sup>. Depois chegaram as honrarias acadêmicas: o título de professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e o de professor *honoris causa* da Universidade Federal da Bahia (1987). Às inúmeras homenagens por ela já recebidas, de instituições e grupos de natureza variada, se une o presente trabalho. Enquanto se aprofunda esse processo, observa-se a (re)construção de uma imagem idealizada, cada vez mais nítida, na qual se vão esmaecendo as ambivalências e se fortalecendo um consenso sobre seu lugar e sua atuação na enfermagem brasileira, em cuja história ela teve participação decisiva e da qual inequivocamente somos integrantes.

### **FONTES (Centro de Documentação da EEAN / UFRJ):**

#### **Documentos escritos:**

**Ficha de inscrição para a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde**, preenchida em 19/10/

1932, à *letra de mão*, por Haydée Guanais Dourado.

**Cartão Histórico da Aluna**. Escola de Enfermeiras D. Anna Nery. DNSP, 1932-1935

Curricula Vitae e Memoriais:

- Brasília, 31 de agosto de 1968.

- Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1974, apresentado à EEAN / UFRJ para concurso de professor adjunto do Departamento de Metodologia Aplicada à Enfermagem

- Rio de Janeiro, 6 de abril de 1978, Apresentado à EEAN / UFRJ, para o concurso de professor titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil.

**Diploma de Sócio Honorário da ABEn**, Manaus, 17/7/71. Ass. Pres. Amália Corrêa de Carvalho.

**Plano de Pesquisa**: (PP): A imagem do enfermeiro graduado e a necessidade de ser mudada para que a carreira passe a atrair grande número de jovens com potencial de deliberação excelente (título provisório) Rio de Janeiro, 1988.

Editoriais da revista *Anais de Enfermagem*

Editoriais da *Revista Brasileira de Enfermagem*

### **Depoimentos orais de HGD:**

**Acervo História Oral da Enfermagem da Campanha Nacional Contra a Tuberculose**: entrevista de 24/11/1986, realizada por Ieda Barreira e Castro, no Pavilhão de Aulas da EEAN / UFRJ.

**História de vida de Haydée Guanais Dourado**: entrevistas de 26/8 e 4/9/1987, realizadas por Amália Pereira da Silva Rodrigues, na residência de Alzira Dourado Rezende, em Goiânia.

**Acervo de História Oral da ABEn**: entrevista de 4/10/1988, tomada na residência da depoente, por Ieda de Alencar Barreira e Raimunda da Silva Becker.

**História de vida de Haydée Guanais Dourado**: depoimento gravado durante a disciplina *Enfermagem & Sociedade*, ministrada à primeira turma do curso de doutorado, em 1991.

**Entrevistas sobre a implantação da EEUFBA**, em setembro de 1993 e em abril de 1994, realizadas por Terezinha Teixeira Vieira, na casa da depoente, no Rio de Janeiro.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRIL CULTURAL: **Quem é quem na história do Brasil**. São Paulo: Abril Multimídia, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Diretrizes para a enfermagem no Brasil**: Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (1956-1958). ABEn: Brasília, 1980. 402 p.

BARREIRA, I. de A. **A enfermeira ananéri no país do futuro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. 380 p.

BARREIRA, I. de A. Contribuição da História da Enfermagem Brasileira para o desenvolvimento da profissão. **Escola Anna Nery R. Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.125-141 abr. 1999.

BARREIRA, I. de A.; BAPTISTA, S. de S. O movimento

associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na primeira metade do século 20. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 54, n.2, p.157-173, abr./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. (re)configuração do campo da enfermagem durante o Estado Novo (1937-1945). **Rev. Bras. Enferm.**, v. 53, n. 2, 2002. No prelo.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, A. Apresentação. In: **Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas: Catálogo de depoimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981, p. 10-24.

CANCELLI, E. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARVALHO, A.C. de. **Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: resumo histórico (1942-1980)**. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP, 1980. 271 p.

CARVALHO, A. C. de. **Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976): Documentário**. Rio de Janeiro: ABEn, 1976.

DOURADO, H. G. **Enfermeiros para o nordeste em desenvolvimento**. 1968. Tese (Livre docência)- Escola de Enfermagem Anna Nery / UFRJ.

DOURADO, H. G. Assim a vemos. In: SECAF, V. (Org.) **Maria Rosa Souza Pinheiro, personalidade marcante**. São Paulo: 1988. Não publicado.

FERRARINI, C. Discurso de apresentação da Enfermeira do Ano. **Rev. Bras. Enferm.**, v.26, n.4 / 5, p.248-251, jul./set. 1973.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930- 1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária FGV/CPDOC:FINEP, 1984.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século 20 (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, C. S. de; BARREIRA, I. de A. **A liderança nativa e as enfermeiras norte-americanas (1942-1945)**. "A (re)configuração da identidade da enfermeira durante o Estado Novo (1937-1945)", apoiado pelo CNPq. Rio de Janeiro: EEN/ UFRJ. 2001. Relatório parcial do projeto apoiado pelo CNPq.

OLIVEIRA, L. L. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Rio de Janeiro, uma cidade na história**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PONTUAL, R. **Dicionário das artes plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

## NOTAS

<sup>I</sup> Alberto Guignard (1896-1962) pintor, desenhista e professor; um dos mestres da pintura moderna brasileira (Abril Cultural, 2000, p. 248).

<sup>II</sup> Cursou oito disciplinas no Curso de Teologia Cristã da Comissão Central de Educação Religiosa na América Latina. Instrutora de escola dominical de igrejas cristãs evangélicas, desde 1951. Sócia remida da Associação Brasileira Evangélica Assistencial. Frequenta a Igreja Presbiteriana na rua dos Oitis, 63, no Rio de Janeiro.

<sup>III</sup> Expressão cunhada por Eric Hobsbawn, 1995.

<sup>IV</sup> o significado simbólico do número três é por ela ressaltado: nos contos de fadas, freqüentemente o herói é o terceiro filho (ou filha), que inicialmente considerado inapto, com a ajuda de terceiros, adquire qualidades e domina todas as provas, saindo-se vitorioso, mas permanecendo fiel a si mesmo (Bettelheim, 1980).

<sup>V</sup> na época, a alfabetização das crianças não era reservada às mulheres, que só haviam começado a ingressar na profissão após a proclamação da República, pois um dos postulados dos republicanos era a educação da mulher.

<sup>VI</sup> Líder do movimento tenentista, formado por oficiais contrários à República Velha. Após sublevar sua guarnição, LCP encontrou-se no Paraná com os rebeldes da revolta de 1924 de São Paulo, formando com eles a Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu 25 mil quilômetros, por treze estados do país, de 1924 a 1927 (Abril Cultural, 2000, p.393).

<sup>VII</sup> Quando as missões protestantes vieram para o Brasil houve entre as diversas denominações evangélicas um acordo relativo à divisão de território: enquanto a Igreja presbiteriana atuaria na parte norte do país, as demais denominações ficariam com a parte sul (HGD, Dep., 1991).

<sup>VIII</sup> Três das quatro irmãs estudaram enfermagem na EAN: Anita, Haydée e Radcliff.

<sup>IX</sup> William Alfred Wadell, fundador do Instituto Ponte Nova, veio a ser o primeiro diretor da escola de engenharia Mackensie, onde iria estudar o irmão de Haydée (HGD, Dep., 1991).

<sup>X</sup> Justamente a que inspirara Annita Dourado a vir para a EAN.

<sup>XI</sup> o dossiê de aluna de HGD apresenta, além de notas altíssimas, a observação de ser ela muito inteligente, estudiosa e trabalhadora, com aptidão para a instrução [ensino].

<sup>XII</sup> Decreto nº 22.257/32, que confere às irmãs de caridade, com prática de enfermeira direitos iguais às enfermeiras de saúde pública, para o fim de exercerem funções em hospitais.

<sup>XIII</sup> A Lei nº 118/35 organiza o serviço de enfermagem de saúde pública federal e cria uma rede de centros de saúde na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>XIV</sup> "eu era um pouco mais politizada do que o grupo, eu ia me casar com um moço da juventude comunista, estudante de medicina, o Milton Lobato. Eu li muito os livros que o Adão Pereira Nunes, que já era formado, me mandou" (Dep., 1988). Sua irmã Anita Dourado casou-se com o dr Isnard Teixeira, membro do partido comunista, que esteve preso após a assim chamada Intentona Comunista de 1935; depois o casal foi para o Ceará, para onde Haydée também desejava ir.

<sup>XV</sup> O Decreto-Lei nº 590/38 ampliou a área de atuação das enfermeiras de saúde pública para todo o território nacional.

<sup>XVI</sup> Edith de Magalhães Fraenkel, a primeira brasileira a graduar-se nos EUA, pela EE do hospital geral da Filadélfia (1922-1925). Ver Banco de Dados: Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira. Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras/EEN).

<sup>XVII</sup> O dr Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do

ministro Capanema, deu-lhe muita esperança, de que ela havia de gostar de trabalhar no Maranhão, que lá ela iria ver coisas parecidas com a Bahia: a cultura de algodão, os sobrados de azulejos, os afro-brasileiros na população.

<sup>xxviii</sup> O diretor do DNS era o dr João de Barros Barreto; a Delegacia Federal de Saúde abrangia os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com sede em Fortaleza; o delegado era o médico goiano dr Marcelo Silva Júnior.

<sup>xxix</sup> Nos anos 70, HGD escreveu ao dr Fred Soper dando-lhe conta de sua trajetória profissional. Na resposta a esta carta, ele contou-lhe que a aprovação de sua bolsa, com vistas à sua posterior incorporação à EEUSP, esteve sujeita a controvérsias, pois havia dúvidas sobre suas convicções ideológicas, devido às suas relações com pessoas comunistas, mas que a carta que ela lhe enviara mostrava que ela fizera jus à confiança nela depositada. O depoimento de HGD consta do memorial da grande festa de comemoração de 80 anos do eminente sanitaria americano.

<sup>xxx</sup> o general Eugênio Pereira de Almeida, sua mulher d. Evangelina e a filha moça Maria Eugênia.

<sup>xxxi</sup> Yale University fundada em 1701. A EE da Universidade de Yale, fundada em 1923, contribuiu para a redefinição da enfermagem como profissão. Foi a primeira escola a adotar um programa educacional mais do que um programa de treinamento, evitando que as estudantes fossem utilizadas como mão de obra adicional.

<sup>xxxii</sup> formado pela universidade John Hopkins (Baltimore), fundador do curso de educadoras sanitárias do estado de S. Paulo, em 1925, teve atuação marcante na criação da OMS como agência da ONU.

<sup>xxxiii</sup> o curso de enfermagem da USP foi criado anexo à faculdade de medicina.

<sup>xxxiv</sup> Programa de cooperação técnica entre os EUA e os países latino-americanos proposto pelo presidente Truman. O Ponto IV estabeleceu-se no Brasil no início dos anos 50 (FGV, 1984, p. 2792-93).

<sup>xxxv</sup> sendo Zaira Cintra Vidal a presidente da Abed.

<sup>xxxvi</sup> entretentes, o nome de HGD foi cogitado para organizar e dirigir a EE do Estado do Rio, mas seu nome foi vetado por Lais Netto dos Reis, diretora da EAN, que alegou ser insuficiente sua experiência (Oliveira & Barreira, 2001, p.16).

<sup>xxxvii</sup> O recrutamento da primeira turma de alunas foi feito por pessoas ilustres, professores da faculdade de medicina e damas da sociedade e dirigido diretamente a determinadas jovens, como Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, do colégio Sacramentina, e a bandeirante Maria Julieta Calmon Villasboas, neta do banqueiro e governador da Bahia (1924-1928).

<sup>xxxviii</sup> Anísio Teixeira – eminente educador, nasceu em 1900 em Caetitê no sertão da Bahia. Na década de 20 formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e fez curso de mestrado no Teacher's College, universidade de Colúmbia, NY, quando foi discípulo de John Dewey. Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, em prol de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. Os integrantes deste movimento, verdadeira religião cívica, encontrou na Igreja católica, dona de uma rede de escolas formadoras da elite nacional, seu maior obstáculo. Apesar de defensores do liberalismo, os pioneiros foram acusados de comunistas pelos educadores católicos. Mas mesmo com a interferência da Igreja nas nomeações dos dirigentes de educação, AT foi secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal (1931-1935) e reitor da Universidade do DF (1935-1939), fechada por motivos políticos. Nos anos seguintes AT tornou-se exportador de manganês. Em 1946, regressando da Europa como conselheiro da Unesco, assumiu a secretaria estadual de Educação e Saúde da Bahia, a convite do governador Otávio Mangabeira, onde permaneceu até 1951, quando assumiu o cargo de secretário-geral do Centro de

Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior/CAPES (Fundação Getúlio Vargas, 1984, p.3328-29; Bomeny, 2001).

<sup>xxxix</sup> Clemente Mariani Bittencourt (1900-1981), advogado e jornalista, deputado estadual (PSD) e professor da faculdade de Direito da Bahia, empresário e banqueiro, deputado federal. Em 1946 assumiu a pasta da Educação e Saúde Pública do governo Dutra, quando fechou a União Nacional dos Estudantes e deu início ao processo de federalização das universidades (FGV, 1984).

<sup>xxx</sup> Edgard Rego Santos (1894- 1962), médico baiano, especializado cirurgião pela USP, catedrático da faculdade de medicina da universidade da Bahia, diretor dessa faculdade. Após a extinção do Estado Novo, organizou a Universidade da Bahia e tornou-se seu primeiro reitor, cargo que ocupou até 1952. Em 1954 viria a ser nomeado ministro da Educação e Cultura pelo presidente Vargas. Após a morte retornou à universidade da Bahia. Mais tarde veio a ser presidente do Conselho Federal de Educação (1961). Seu filho, Roberto Santos, governou a Bahia de 1975 a 1979 (FGV, 1984).

<sup>xxxxi</sup> A Lei nº 1.920/53, regulamentada pelo Decreto nº 34.596/53, desdobrou o MES em MEC e MS.

<sup>xxxii</sup> colega de turma e pessoa da confiança da diretora da Escola, a líder católica Lais Netto dos Reys, que convidara OL para ocupar a segunda posição na hierarquia da EAN.

<sup>xxxiii</sup> Suas convicções democráticas eram reforçadas pela influência do sanitarismo internacional, mediada inclusive por seu primo-irmão Geraldo de Paula Souza.

<sup>xxxiv</sup> Em 1954, por reforma estatutária, a Associação mudou de denominação, passando de Abed para ABEn. HGD relatora da Comissão de Resoluções, defendeu a retirada da palavra "diplomadas". A revista Anais de Enfermagem passou a denominar-se Revista Brasileira de Enfermagem e a Assembléia Geral foi substituída por uma Assembléia de Delegados (Carvalho, 1976, p.38-39). Também foi mudada a capa da Revista, que perdeu seus símbolos egípcios e ganhou o desenho que conserva até hoje, de autoria de Tomás Santa Rosa Júnior (1909-1956) pintor do grupo de Portinari, gravador, cenógrafo, ilustrador e professor (Pontual, 1969, p.472-3).

<sup>xxxv</sup> Em novembro de 1953, HGD vice-presidente da Abed, por delegação da presidente Glete de Alcântara, presidiu duas reuniões da diretoria para avaliar as propostas para a compra de sede para a Abed, tendo a escolha recaído sobre as três salas do edifício Portugal, em construção, a serem pagas em cinco anos (Carvalho, 1976, p. 390).

<sup>xxxvi</sup> Em 1950, Haydée trabalhava na Comissão do Censo de Enfermagem da ABED, com o apoio do SESP e do DNS, presidida por IBL, sua chefe. O relatório do estudo, intitulado *Aspectos da situação da enfermagem no Brasil*, publicado no mesmo ano pela DOS/DNS, sob a forma de folheto, fora apresentado no 4º Congresso Nacional de Enfermagem, dele resultando várias recomendações. No 5º Congresso, em 1951, Clara Curtis informou que a OMS estava patrocinando a elaboração de um guia para estudos nacionais de recursos de enfermagem. Em 1952, tendo a Capes, sob a direção de Anísio Teixeira, solicitado à Abed dados sobre as necessidades de enfermagem, formou-se uma comissão especial, sob a presidência de HGD. Em 1954, no 7º Congresso, IBL apresentou extenso relatório da comissão especial de levantamento estatístico. Neste mesmo ano, a Fundação Kellogg solicitara informações detalhadas sobre o ensino de enfermagem no Brasil.

<sup>xxxvii</sup> Nos anos de 1956 e 1957 HGD ficou como diretora do Centro, deixando a presidência da CL, mas em 1958, devido às exigências que lhe faziam a CL e a REBEn, ela passou à diretora associada, junto com Maria de Lourdes Verderese, ambas sob a presidência de MRSP. A equipe de trabalho era composta por HGD na coordenação técnica, Lourdes Verderese na parte científica; Olga Verderese na coordenação do trabalho de

campo, com Celina e Leonísia (Carvalho, 1976, p.122, 303 e 326). Ver o Relatório Final do Levantamento: Associação Brasileira de Enfermagem, Brasília, 1980.

<sup>xxxviii</sup> semelhante ao realizado em Sèvres, na França, em 1956, do qual haviam participado MRSP e HGD.

<sup>xxxix</sup> Participaram representantes das divisões de Recursos de Enfermagem e de Enfermagem de Saúde Pública do Ministério da Educação, Saúde e Bem Estar Social dos EUA, onde Haydée estivera, em 1955, preparando-se para coordenar a pesquisa. Os Anais do Seminário foram publicados em inglês pela FR. No mesmo ano, HGD e Maria de Lourdes Verderese, publicaram na revista do Conselho Internacional de Enfermagem, um artigo sobre a educação em enfermagem no Brasil (Carvalho, 1976, p. 305 e 306).

<sup>xl</sup> Em 1958, o 11º Congresso recomendou que a ABEn solicitasse recursos à FR para dar continuidade ao trabalho realizado, de modo a dar consequência às suas recomendações e a presidente Marina Rezende (1958-1962) indicou os membros da diretoria do Levantamento (MRSP, HGD e MLV) para elaborar um plano neste sentido. Em 1960, Virginia Arnold, diretora da divisão de enfermagem da FR, que havia visitado o Centro de Levantamento em 1957, voltou ao Brasil, ficando acertada a doação de dez mil dólares pela Fundação, sendo que sete mil foram para a Comissão Executiva de Seguimento e três mil para a REBEn.

<sup>xli</sup> Não obstante, a situação da enfermagem no funcionalismo civil continuou precária, exigindo que a ABEn fizesse pronunciamentos e tomasse atitudes a respeito. A prefeitura do DF continuou a abrir concursos para preenchimento de cargos de enfermeiros sem exigência de diploma e, em 1959, ao abrir concurso para cargos em serviços obstétricos, excluiu a enfermeira com curso de especialização em obstetrícia (Carvalho, 1976, p.231).

<sup>xlii</sup> formada por Waleska Paixão, Maria Rosa de Souza Pinheiro, HGD e Izaura Barbosa Lima.

<sup>xliii</sup> O parecer do consultor geral da República Seabra Fagundes, em 1946 e o despacho do ministro da Educação Ernesto de Souza Campos, do mesmo ano, definiram a enfermagem como profissão liberal.

<sup>xliv</sup> Neste empreendimento Haydée contou com o apoio e a solidariedade de dois cunhados, ambos integrantes do partido comunista, e aos quais HGD declara sua amizade e gratidão: o médico Isnard Teixeira, casado com Anita, que encaminhava documentos da Associação Médica, para a câmara e para o senado, dizendo que as enfermeiras eram de nível superior e o engenheiro e deputado Jethero de Faria Cardoso, casado com sua irmã caçula Vilvanita, que lutava pela classificação dos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem (informação colhida em casa de HGD, no dia de seu 87º aniversário, do seu sobrinho Antonio José Dourado Teixeira - filho de Anita e Isnard Teixeira e Dep., 1988).

<sup>xlv</sup> na rua Franklin Roosevelt, 39, sala1303.

<sup>xlvi</sup> A partir de 1962, HGD radicou-se em Brasília, o que muito facilitou sua atuação na CL da ABEn. A princípio cedida pelo Ministério da Saúde, a partir de 1965, HGD foi transferida para a

Diretoria do Ensino Superior do MEC. Quando aposentou-se, em 1968, HGD passou à Fundação Hospitalar do DF, onde esteve até 1973, quando mudou-se para o Rio de Janeiro (Ferrari, 1973).

<sup>xlvii</sup> constituída por HGD, Waleska Paixão e Maria Dolores Lins de Andrade, presidida por Glete de Alcântara.

<sup>xlviii</sup> Preparando o caminho para a criação do sindicato de enfermeiros, a ABEn, em 1951 e também em 1954, solicitara ao Ministério do Trabalho a re-inclusão do enfermeiro entre as profissões liberais, no quadro anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, com base no estabelecido desde a década anterior, mediante parecer do consultor geral da República e aprovação pelo ministro da Educação (Carvalho, 1976, p. 437).

<sup>xlix</sup> Portaria MTPS nº 94/62. Tal providência abriu as portas para a criação de associações pré-sindicais nos estados, com o apoio das respectivas seções da ABEn, viabilizando a Federação de Sindicatos de Enfermeiros.

<sup>l</sup> Formou-se em São Paulo uma comissão: Ida Picanço e Clarice Ferrari redigiram uma matéria, incluindo todas as categorias de enfermagem, que foi revisto pelo dr Cezarino Júnior.

<sup>li</sup> Em 1972, o décimo projeto foi encaminhado pela presidente Glete de Alcântara ao titular do MTPS, que o encaminhou ao Congresso Nacional. A tramitação deste projeto foi acompanhada por manifestações de entidades de todas as categorias de pessoal de enfermagem. Finalmente, foi sancionada a Lei nº 5.905/73, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem. Em março de 1975 foram designados os dezoito membros do primeiro Conselho, que tomaram posse no dia 23 de abril, com a incumbência de implantar o sistema Cofen-Corens, no prazo de um ano (Carvalho, 1976, p.274 e 277-8).

<sup>lii</sup> HGD foi coordenadora da CL de 1951 a 1956 e de 1958 a 1972, ou seja, cerca de 19 anos (v. REBEn set 55/p. 289) Os afastamentos ocorreram entre 1953 e 1958, quando ela ocupou primeiro os cargos de vice-presidente da Associação e presidente da Comissão de Finanças (1953-1955) e depois quando dirigiu o Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (Carvalho, 1976, p. 81 e 122).

<sup>liii</sup> na Escola de Enfermagem da USP (1972 e 1973), na EE Anna Nery / UFRJ (1975) e na EE da UFF (1975).

<sup>liv</sup> No 13º Congresso Brasileiro de Enfermagem (Belo Horizonte) e no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Carvalho, 1976, p. 243, 374 e 451).

<sup>lv</sup> Em 1965, em Brasília (Carvalho, 1976, p. 158-160, 163, 176 e 246-9).

<sup>lvi</sup> diploma recebido no 22º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Manaus (Carvalho, 1976, p. 449).

<sup>lvii</sup> prêmio oferecido pela Johnson & Johnson do Brasil; o nome de Haydée foi indicado por diversas seções da ABEn (Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Maranhão); o diploma foi recebido no 22º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em João Pessoa (Ferrari, 1973, p. 250).